



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE BACHARELADO EM HISTÓRIA**

**BRUNO BARBOZA DE OLIVEIRA**

***ECOS DE UMA EPIDEMIA:*  
O CÓLERA EM PERNAMBUCO E A DISPUTA DE NARRATIVAS ENTRE O  
DIÁRIO DE PERNAMBUCO E O LIBERAL PERNAMBUCANO**

**RECIFE  
2025**

BRUNO BARBOZA DE OLIVEIRA

***ECOS DE UMA EPIDEMIA:***  
**O CÓLERA EM PERNAMBUCO E A DISPUTA DE NARRATIVAS ENTRE O**  
**DIÁRIO DE PERNAMBUCO E O LIBERAL PERNAMBUCANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Fontes Cadena

**RECIFE**  
**2025**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Oliveira, Bruno Barboza de.

Ecoss de uma Epidemia: o cólera em Pernambuco e a disputa de narrativas entre o Diário de Pernambuco e o Liberal Pernambucano / Bruno Barboza de Oliveira. - Recife, 2025.

60 p.

Orientador(a): Paulo Henrique Fontes Cadena

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Bacharelado, 2025.

Inclui referências.

1. Cólera-morbo. 2. Imprensa pernambucana. 3. Disputa de narrativas. 4. Diário de Pernambuco e Liberal Pernambucano. I. Cadena, Paulo Henrique Fontes. (Orientação). II. Título.

900 CDD (22.ed.)

BRUNO BARBOZA DE OLIVEIRA

***ECOS DE UMA EPIDEMIA:***  
**O CÓLERA EM PERNAMBUCO E A DISPUTA DE NARRATIVAS ENTRE O**  
**DIÁRIO DE PERNAMBUCO E O LIBERAL PERNAMBUCANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em História.

Aprovado em: 09/04/2025

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Paulo Henrique Fontes Cadena (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Jucieldo Ferreira Alexandre (Examinador Externo)  
Universidade Federal do Cariri

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que, mesmo eu não sendo um de Seus servos mais assíduos, nunca permitiu que eu desanimasse. Ele me manteve nos caminhos nos quais fui instruído desde pequeno, permitindo-me ser consciente de quem sou e fiel aos meus princípios.

À minha família, expresso minha profunda gratidão pelo apoio, não apenas durante a elaboração deste trabalho, mas ao longo de toda a graduação. Vocês foram minha motivação e meu amparo diante das dificuldades e da saudade causada pela distância. Ao meu pai, agradeço especialmente, pois, mesmo sendo um homem de poucas palavras, sempre me transmitiu apoio e segurança nos momentos mais difíceis. À minha mãe, a quem devo tanto, faltam-me palavras para expressar minha gratidão pela parceria que construímos ao longo dos anos. Obrigado pelas ligações diárias, pelas broncas e pelas conversas aleatórias, que sempre me desconectavam do mundo e me recarregavam para enfrentar os desafios desta jornada no Recife. Saiba, mãe, que a tenho como uma grande amiga e espero um dia ser o filho que a senhora merece.

Quero também dedicar um agradecimento especial a alguém que não está mais presente neste plano, mas que vive dentro de mim de maneira inexplicável: meu avô, Oscar Barbosa. Ele foi fundamental na construção de quem sou hoje, ajudando-me a me tornar um homem responsável, cuidadoso e dedicado.

Aos amigos da Pós-Graduação em Educação, meu muito obrigado pelo acolhimento e pelos ensinamentos, que levarei para sempre comigo. Aos colegas da Casa dos Estudantes da UFPE, com quem compartilhei momentos incríveis e desafiadores, desejo coragem e força para concluir seus cursos e enfrentar os desafios que virão após este ciclo.

As amigadas que fiz ao longo dessa jornada, obrigado pela paciência e pelo carinho. Em especial, aos meus parceiros de tantas conversas e desabafos, Cleriston e Felipe, minha sincera gratidão.

Agradeço ao meu orientador, Paulo Henrique Fontes Cadena, e ao Prof. Dr. Jucieldo Ferreira Alexandre, pela orientação zelosa ao longo deste último ano. Sou grato por cada leitura atenta, pelas sugestões valiosas e pelas palavras de incentivo. Ambos são referências intelectuais para mim, exemplos de professores e pesquisadores.

Por fim, mas não menos importante, agradeço pela paciência, pelo cuidado e pela dedicação do meu melhor amigo, meu parceiro de filmes e séries, meu confidente, meu

companheiro de viagens (*Gaga, aí vamos nós!*), meu porto seguro, meu "mikiko", meu amor,  
Heron Rayury Alves de Oliveira.

## RESUMO

Com a chegada da Covid-19, a percepção sobre a relação entre saúde e sociedade foi profundamente transformada em escala global. A pandemia evidenciou de maneira traumática como distúrbios biológicos podem afetar todas as esferas da vida social, destacando a interconexão entre a saúde pública e diversas dimensões da experiência humana. Historicamente, crises semelhantes ocorreram, como a epidemia de cólera de 1856, que devastou Pernambuco e outras províncias do Brasil. Nesse contexto, os jornais *Diário de Pernambuco* e *Liberal Pernambucano* desempenharam papéis distintos na cobertura da epidemia, divergindo na abordagem das medidas adotadas e na atuação de agentes políticos e médicos. A disputa entre esses veículos resultou em narrativas conflitantes, que influenciaram a opinião pública e as estratégias de enfrentamento do surto. Este trabalho analisa, com base nas edições desses jornais, as estratégias de comunicação empregadas e as providências tomadas por diferentes agentes na luta contra a propagação do cólera, evidenciando o impacto da imprensa na resposta social e política à crise.

**Palavras-chave:** Cólera-morbo; Imprensa pernambucana; Disputa de narrativas; Diário de Pernambuco e Liberal Pernambucano.

## ABSTRACT

With the arrival of Covid-19, the perception of the relationship between health and society was profoundly transformed on a global scale. The pandemic dramatically highlighted how biological disturbances can affect all spheres of social life, emphasizing the interconnection between public health and various dimensions of human experience. Historically, similar crises have occurred, such as the cholera epidemic of 1856, which devastated Pernambuco and other provinces of Brazil. In this context, the newspapers *Diário de Pernambuco* and *Liberal Pernambucano* played distinct roles in covering the epidemic, differing in their approach to the measures adopted and the actions of political and medical agents. The dispute between these publications resulted in conflicting narratives that influenced public opinion and strategies for dealing with the outbreak. This study analyzes, based on the editions of these newspapers, the communication strategies employed and the measures taken by different agents in the fight against the spread of cholera, highlighting the impact of the press on the social and political response to the crisis.

**Keywords:** Cholera-morbus; Pernambuco press; Narrative dispute; *Diário de Pernambuco* and *Liberal Pernambucano*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I: A CHEGADA DO INIMIGO INVISÍVEL.....</b>	<b>13</b>
1.1 A Crise do Cólera: A Jornada da Europa ao Brasil.....	13
1.2 Epidemia de Cólera em Pernambuco: Cronologia e Impactos.....	16
1.3 Resposta das Autoridades Locais e Comunitárias.....	23
<b>CAPÍTULO II: A IMPRENSA PERNAMBUCANA NO OLHO DO FURACÃO.....</b>	<b>28</b>
2.1 O <i>Diário de Pernambuco</i> e a Crônica da Epidemia.....	28
2.2 O <i>Liberal Pernambucano</i> : Uma Outra Perspectiva da Crise.....	34
<b>CAPÍTULO III: DISPUTA DE NARRATIVAS: POLARIZAÇÃO E INFLUÊNCIA POLÍTICA.....</b>	<b>44</b>
3.1 Conflito de Perspectivas.....	44
3.2 Entre a Informação e a Manipulação.....	51
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>58</b>

## INTRODUÇÃO

Durante os três primeiros meses de 1856, a população pernambucana enfrentou um surto devastador de cólera morbus. Esta doença, que já havia causado centenas de milhares de vítimas na Europa, chegou ao Brasil pelo Pará por volta de 1855, resultando em perdas significativas, como a morte de milhares de pessoas, o colapso dos serviços de saúde e o impacto na economia local, especialmente no comércio e na agricultura. Apesar das estratégias de contenção sanitária adotadas nos portos das províncias, o flagelo infiltrou-se silenciosamente, não apenas nos corpos, mas também nas mentes amedrontadas da população. À medida que este mal avançava, traçou-se um caminho de destruição por cada nova localidade acometida e diversas regiões sucumbiram rapidamente. Em Pernambuco, a situação não foi diferente.

No período crítico da manifestação epidêmica, nos três primeiros meses de 1856, a fome e a violência emergiram como os problemas mais predominantes na vida das camadas pobres do Recife oitocentista. Imbuídas de muita desconfiança, essas comunidades não percebiam qualquer apoio por parte das lideranças provinciais. Pelo contrário, acreditavam que a doença representava uma nova tentativa de embranquecer a sociedade e que os médicos estavam colaborando ativamente para o extermínio dos indesejados, especialmente considerando que a maioria dos óbitos ocorria nos mocambos (FARIAS 2007).

Com o avanço da medicina, compreendemos hoje que o cólera é transmitido pela via fecal-oral, ou seja, pela ingestão de água ou alimentos contaminados, ou pela propagação de pessoa para pessoa. Entretanto, na segunda metade do século XIX, essas informações estavam fora do alcance da classe médica, que pouco sabia sobre como combater o crescente número de mortos e contaminados. Medidas como quarentenas, sangrias, e a higienização de casas e ruas foram adotadas, numa tentativa de controlar a situação (FARIAS 2007).

Investigar esse passado é fundamental para compreender como o Estado, a medicina, a sociedade e, em especial a imprensa, lidavam com doenças como o cólera. O estudo histórico nos permite identificar como as práticas de comunicação da época influenciaram a percepção pública e as políticas de saúde, contribuindo tanto para o controle quanto, em alguns casos, para a propagação da doença. Contudo, é importante destacar que, nesse período, o nível de profissionalismo na imprensa era bastante limitado, e as informações sobre a transmissão do cólera eram incertas, inclusive entre os médicos. Por isso, é impreciso afirmar que a imprensa

desempenhava um papel claro na disseminação de informações sobre a epidemia. Essa reflexão, impulsionada por questões atuais, busca oferecer elementos para compreender a relevância da imprensa como agente social em tempos de crise, que é o foco central deste trabalho.

Considerando os estudos de Jucieldo Ferreira Alexandre (2020), sobre a imprensa cearense no período contemporâneo ao discutido, compreende-se que as publicações da segunda metade do século XIX, embora proclamassem uma neutralidade jornalística, estavam frequentemente alinhadas a interesses de grupos sociais específicos e envolvidas em constante competição, tornando-se um palco de intensas lutas políticas. Essa proximidade com interesses específicos e a disputa entre diferentes periódicos fomentaram um ambiente de insegurança e instabilidade.

Para aprofundar a compreensão sobre o cenário jornalístico oitocentista, recorri a autores que abordam amplamente esse tema e conceituam termos essenciais para este trabalho. Marialva Barbosa (2007) define as narrativas como construções fragmentadas da história, que não apenas descrevem fatos, mas também os reorganizam em função de interesses específicos, sendo a imprensa um espaço de disputa e construção de significados. Já Edyene Moraes dos Santos (2021) analisa a ideologia como um mecanismo de poder operado pela imprensa, que moldava a opinião pública ao construir imagens de partidos e líderes, além de reforçar projetos políticos. Por sua vez, Ana Lucia S. Enne (2002) discute as estratégias como práticas discursivas que selecionam e difundem narrativas, influenciando a memória social e a identidade coletiva.

Entre os diversos temas decorrentes da manifestação do cólera, as desavenças entre os diferentes agentes envolvidos nos processos terapêuticos frequentemente ocupavam as páginas dos jornais, que às vezes atuavam como mediadores entre os anseios do povo e as ações do governo. A interpretação de Ariosvaldo de Diniz (2003), parece acertada ao identificar a tensão entre médicos, autoridades e "charlatões", revelando o cenário caótico vivido pela população. No entanto, é possível questionar até que ponto o jornal faz uma crítica incisiva ou se, na verdade, ele adota uma postura mais moderada e mediadora, tratando o caos sem confrontar diretamente o sistema. Embora o jornal denuncie essas desavenças, sua abordagem pode ser mais voltada para preservar a ordem e a estabilidade, sem um ataque direto ao governo, funcionando mais como um intermediário entre os diferentes grupos envolvidos.

Ao examinar o surto epidêmico no Recife, Gilberto Osório (1989), investiga a trajetória da doença em Pernambuco, com uma ênfase particular na resposta da medicina "oficial", tanto

durante a crise quanto nos meses anteriores. Seu estudo ilumina as complexidades enfrentadas pelos médicos ao tentar controlar uma população aterrorizada e confrontar o limitado conhecimento sobre a doença. A análise de Osório oferece uma visão essencial que não só documenta a epidemia de maneira detalhada, mas também serve como uma base crucial para compreender as narrativas e os desafios representados na imprensa da época. Ao explorar esses detalhes, é possível compreender como a imprensa retratou a epidemia, os desafios enfrentados pela saúde pública e o impacto desses elementos na formação da opinião pública e na construção das narrativas jornalísticas ao longo do período.

O trabalho de Rosilene Gomes (2007) foi fundamental para a construção deste estudo, pois trata-se de uma pesquisa minuciosa acerca dos impactos sociais da epidemia de cólera no Recife em 1856. Ajudando a contextualizar os relatos dos jornais dentro de um cenário de mobilização social e medidas tomadas pelas autoridades, médicos e religiosos. A partir dessa análise, foi possível entender de que maneira a epidemia alterou o cotidiano e as interações sociais na cidade, contribuindo para compreender as abordagens adotadas por jornais como o *Liberal Pernambucano* e o *Diário de Pernambuco*.

Para construir esta pesquisa sobre a epidemia de cólera em Pernambuco em 1856, foram consultados jornais da época por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, uma das principais plataformas online de acesso a edições do século XIX. Os jornais oferecem uma multiplicidade de visões sobre os eventos, as reações públicas e as medidas adotadas durante a epidemia. A análise revelou como as rivalidades entre os periódicos influenciaram o tratamento dado à crise e moldaram as respostas da sociedade e das autoridades à situação sanitária.

Este trabalho está estruturado em três capítulos, que exploram diferentes aspectos da epidemia de cólera em Pernambuco em 1856, oferecendo uma visão ampla das dinâmicas sociais, políticas e comunicacionais associadas ao surto.

No primeiro capítulo, “A Chegada do Inimigo Invisível”, será apresentada a cronologia da chegada do cólera a Pernambuco em 1856, um episódio que transformou profundamente a vida cotidiana local. A discussão baseia-se nas contribuições de Jane Felipe sobre o início do surto no Pará e sua propagação pelo Brasil, enquanto os estudos de Tânia Salgado e Luiz Antonio de Castro sobre o avanço do surto no Rio de Janeiro e na Bahia fornecem um panorama mais amplo dos efeitos da epidemia em outras províncias. Em Pernambuco, serão analisados os trabalhos de Manuela Arruda dos Santos, que discute as condições sanitárias deficientes, e de

Gilberto Osório, que aborda a administração política da crise. O objetivo é demonstrar como a insuficiência das infraestruturas e a desorganização entre as autoridades locais contribuíram para a propagação da doença, afetando principalmente as camadas mais vulneráveis da população.

No segundo capítulo, “Jornalismo em Tempos de Cólera: A Imprensa Pernambucana no Olho do Furacão”, será analisado como o *Diário de Pernambuco* e o *Liberal Pernambucano* abordaram a epidemia de cólera, destacando o conteúdo compartilhado em suas publicações. O capítulo analisará o tipo de informações transmitidas, incluindo relatos sobre o avanço da doença, medidas adotadas pelas autoridades e os efeitos da epidemia na sociedade. Além disso, será discutido como esses jornais buscavam informar e, ao mesmo tempo, influenciar a percepção pública, refletindo o contexto político e social do período.

No capítulo final, “Disputa de Narrativas: Polarização e Influência Política”, o foco estará na intensa divergência entre o *Diário de Pernambuco* e o *Liberal Pernambucano*. Serão examinadas as estratégias discursivas de cada veículo, suas motivações ideológicas e o impacto dessas disputas na opinião pública. Também será analisado como essa rivalidade contribuiu para polarizar visões sobre a crise sanitária e influenciar as decisões políticas e administrativas tomadas pelas autoridades, evidenciando os reflexos dessa disputa na gestão da epidemia e na sociedade da época.

## A CHEGADA DO INIMIGO INVISÍVEL

### 1.1 A Crise do Cólera: A Jornada da Europa ao Brasil

Para compreender os eventos que envolveram Pernambuco durante o episódio epidêmico analisado, é essencial situar o cólera em seu contexto global no século XIX, quando cinco grandes pandemias ocorreram. Segundo Nikelen Acosta Witter (2011), os historiadores que se dedicaram ao estudo do cólera são unânimes em apontar a região do Baixo-Bengala, no delta do rio Ganges, na Índia, como seu “nicho ecológico” e ponto de origem. Foi nessa área que, em 1817, a primeira grande pandemia teve início, causando milhares de mortes nas aldeias ao redor do Golfo de Bengala em poucas semanas. O surto avançou rapidamente, alcançando regiões como Japão, Sibéria Oriental e partes da África, deixando um rastro de mortalidade que chegava a 30% em algumas populações.

As dinâmicas do capitalismo do século XIX — incluindo o avanço dos transportes e as políticas imperialistas — foram fundamentais para transformar o cólera em um fenômeno global. Em 1830, a doença chegou à Europa, e, em 1832, alcançou a América (WITTER, 2011). No Brasil, o cólera teria sido introduzido pela galera portuguesa *Deffensor*, que atracou no porto de Belém do Grão-Pará, em 1855, transportando colonos da região do Douro, em Portugal, onde a epidemia já estava presente (BELTRÃO, 2000). Dessa forma, as transformações estruturais da economia e da geopolítica do período intensificaram o impacto das epidemias no mundo.

O surto que acometeu o Pará durante dez meses resultou na morte de 1.050 pessoas somente na capital. Apesar das medidas previamente estabelecidas nos portos, a inspeção sanitária realizada na galera portuguesa falhou. As 36 mortes que haviam sido reportadas durante a travessia foram associadas a diversas causas, dentre elas a falta de leite materno para os lactantes, ataques de bichas e vermes em crianças, envenenamento pela utilização de tachos de cobre mal conservados no preparo da comida servida à tripulação, além da conduta arbitrária do comandante, que foi responsabilizado pela tragédia (BELTRÃO, 2000). Após inspeção, o navio foi liberado e os primeiros enfermos começaram a surgir.

No Hospital Geral Militar do Pará, os casos se multiplicaram rapidamente, revelando a gravidade da situação. Segundo dados coletados por Arthur Vianna (1975), em maio de 1855 ocorreram 23 mortes, e no mês seguinte, o número de óbitos subiu drasticamente para 429,

evidenciando o alto potencial de transmissão da doença. Esse aumento exponencial de casos também expôs a profunda desigualdade na qualidade de vida da população local, já que aproximadamente 82% dos enfermos que faleceram pertenciam a grupos étnicos não brancos. A precariedade das condições de saúde e a falta de acesso a cuidados adequados para esses grupos exacerbaram a crise. A tragédia gerou pânico entre as camadas mais pobres de Belém, que se viam mais vulneráveis e desamparadas. Além disso, o medo se espalhou rapidamente para outras partes do Império, onde as notícias da catástrofe se propagaram, aumentando o desespero e a sensação de impotência diante da epidemia.

Em várias partes do mundo, foram desenvolvidos diferentes mecanismos para tratar e curar o cólera. No Pará, em particular, a população local recorreu à rica fauna e flora da região em busca de remédios naturais. Entre os mais comuns estavam a erva-cidreira, a camomila e a macela, refletindo a profunda conexão e conhecimento dos líderes locais sobre o uso de ervas medicinais e seus benefícios. Contudo, é importante destacar que, desde esse período, já existiam contendas entre a medicina oficial e os demais agentes tradicionais. Os médicos frequentemente recorriam aos jornais locais para desqualificar agentes que ofereciam tratamentos sem formação teórica adequada (BELTRÃO, 1999). Os periódicos, assim, tornaram-se palco de disputas entre aqueles que buscavam destacar seus métodos como os mais eficazes no enfrentamento da doença.

Acerca dessa visibilidade proporcionada aos médicos através dos jornais da época, Jane Felipe Beltrão argumenta que:

A avassaladora presença do cólera lançou os profissionais de saúde ao espaço público conquistado nos diversos jornais. Evidentemente, as questões, ao se tornarem públicas, passam a interessar às pessoas ameaçadas pelo cólera. É possível encontrar nos periódicos tanto tratados médicos, como cartas de louvores e agradecimentos. Todos parecem ter uma indicação a fazer, uma opinião a dar, um tratamento a indicar. Os jornais se assemelham a manuais de procedimentos em saúde. A epidemia reina soberana nas páginas desses periódicos, informando e aterrorizando os leitores (BELTRÃO, 2002, p. 241).

No Grão-Pará, os principais jornais do período foram o *Treze de Maio* e o *Diário do Gram-Pará*.<sup>1</sup> Em Pernambuco, destacam-se o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal Liberal*. Assim como outras publicações provinciais, esses jornais não apenas informavam, mas frequentemente

---

<sup>1</sup> O jornal *Treze de Maio* surgiu em 13 de maio de 1840, em homenagem à entrada das "tropas da legalidade" que, em 1836, sufocaram o movimento dos cabanos na cidade de Belém. Já o *Diário do Grão-Pará*, fundado pelos portugueses José Joaquim Mendes Cavalleiro e Antônio José Rabello Guimarães, publicou sua primeira edição no dia 10 de abril de 1853.

intensificavam o sentimento de medo na população, cumprindo um papel de propagadores do temor, como descrito por Beltrão.

Outra semelhança que existia não somente entre o Pará e Pernambuco, mas entre todas as províncias do Império, era a insalubridade. Belém, em particular, possuía um clima chuvoso e, cercada por uma floresta, seus visitantes frequentemente relatavam péssimas experiências com os mosquitos e as precárias condições de higiene das casas, que geralmente se localizavam em terrenos baixos, extremamente úmidos ou alagados. Além disso, pode-se destacar que o abastecimento de água era igualmente precário, e a falta dela era um drama cotidiano (BELTRÃO, 2007).

A rápida proliferação da doença, agravada pela desigualdade social e pelo papel amplificador dos órgãos de imprensa, provocou um pânico generalizado e evidenciou a vulnerabilidade das comunidades mais pobres. O impacto social de uma epidemia não pode ser avaliado exclusivamente pelo número de mortos, afetados e ameaçados, pois o cólera também trouxe à tona questões profundas sobre as condições de vida e a organização social no Pará. Compreender como a epidemia se espalhou para outras regiões do Império e suas consequências é crucial para traçar um panorama mais amplo da crise sanitária que se instaurou em Pernambuco a posteriori.

No Rio de Janeiro, capital do Império, o cólera chegou em julho de 1855, com a primeira morte registrada no hospital da Santa Casa (PIMENTA, 2004). As medidas de contenção, que incluíam quarentenas e restrições à entrada de navios do Norte, foram insuficientes frente à rápida propagação da doença, agravada pelas péssimas condições sanitárias e pela intensa circulação marítima.

Inicialmente, o governo e a classe médica buscaram minimizar a gravidade da situação, temendo o impacto político e social de admitir a presença da epidemia na capital. Segundo Tânia Salgado, “admitir a entrada do cólera no Brasil, e especialmente na capital, era considerado uma derrota política” (2003, p. 194). Esse receio levou à subnotificação de casos e à desconsideração de mortes entre escravizados, um grupo desproporcionalmente afetado. Embora os registros oficiais apontem 4.542 mortos em toda a província, há uma imprecisão nos dados, tendo em vista que os registros de óbitos, embora representativos, não incluem todas as mortes. Além das contabilizadas nos cemitérios, outras ocorreram em propriedades urbanas e rurais ou terrenos de

irmandades, o que era comum, apesar das proibições médicas. Isso sugere que a mortalidade real foi maior do que a registrada oficialmente (KODAMA et al., 2012)

Em Salvador, o cólera também chegou em julho de 1855, disseminando-se no litoral e, posteriormente, para outras áreas da província. Inicialmente, as autoridades baianas subestimaram o risco de uma epidemia iminente, com apenas algumas notas esparsas em jornais acessíveis a uma pequena parcela da população (DAVID, 1996). Assim como no Rio de Janeiro, a preocupação em evitar pânico levou a uma resposta tardia.

Foi somente em agosto de 1855 que o número de casos aumentou drasticamente, com 8 a 10 mortes diárias registradas no povoamento do Rio Vermelho. A gravidade da situação tornou-se impossível de ocultar, e a comissão médica provincial pediu medidas urgentes, como a criação de postos sanitários e hospitais temporários. Contudo, a resposta do governo foi dificultada pelo medo e pela resistência de médicos a trabalharem nas áreas mais afetadas. Johildo Lopes de Athayde (1985), destaca o caráter protagonista do medo neste momento ao pontuar que:

Não é difícil imaginar a ação devastadora do medo em circunstâncias como estas. De um lado, a população sitiada pelo flagelo, parcialmente agonizante, e quase que abandonada ao seu próprio destino. Do outro, a atitude assumida dos médicos que se recusaram, “repugnância manifesta”, a se deslocarem para lugares mais severamente atingidos pela epidemia. E para tornar a situação ainda mais dramática, houve quem propalasse a ideia de um contágio e a infalibilidade de um prognóstico fatal (ATHAYDE, 1985, p. 29).

Tanto no Rio de Janeiro quanto na Bahia, assim como outras províncias do Império, não estavam preparadas para enfrentar o cólera. As condições de higiene eram precárias, a população vivia em situação de extrema pobreza, e o governo demonstrava negligência na adoção de medidas preventivas. A limitada compreensão da doença pelos médicos também contribuiu para a alta mortalidade. Esses fatores se manifestaram de forma significativa em Pernambuco, que enfrentou a epidemia no início de 1856, repetindo os mesmos padrões de descaso e vulnerabilidade observados em outras regiões.

## **1.2 Epidemia de Cólera em Pernambuco: Cronologia e Impactos**

O cenário sanitário em Pernambuco era tão precário quanto o das demais localidades do Império, refletindo a fragilidade estrutural de uma sociedade marcada por profundas desigualdades. Marcus Carvalho (2010) destaca que Charles Darwin, ao passar pelo Recife em 1836, descreveu a cidade com uma objetividade que expõe os contrastes de uma sociedade

escravista. Embora impressionado com os arrecifes que deram nome à cidade, cuja formação peculiar ele comparou a uma obra artificial, o estudioso registrou com indignação as condições insalubres do espaço urbano: ruas enlameadas, casas sombrias e a onipresença da escravidão. O relato de um escravo sendo castigado, acompanhado de gemidos que Darwin julgou impotente para interromper, exemplifica a brutalidade cotidiana do sistema escravista, que ele condenou em um discurso abolicionista registrado em seu diário.

É importante, antes de aprofundarmos as discussões, apresentar quatro figuras de grande relevância no cenário político e social da época, que serão frequentemente referenciadas ao longo deste trabalho. José Bento da Cunha Figueiredo, nascido na Bahia em 1808, foi um político de destaque no período imperial. Formado em Direito, ocupou diversos cargos importantes, como deputado geral e presidente das províncias de Alagoas e Pernambuco, além de ser agraciado com o título de Visconde de Bom Conselho. Sua trajetória consolidou sua presença no cenário político brasileiro, sendo reconhecido pela habilidade em formar alianças estratégicas (ALEXANDRE & CADENA, 2021).

Outro nome importante foi o de Antônio Vicente do Nascimento Feitosa, jornalista, advogado e político nascido no Recife. Redator do *Liberal Pernambucano*, utilizou o jornal como plataforma para defender ideais liberais e lutar pela liberdade de imprensa, além de criticar o domínio econômico estrangeiro. Apesar de sua origem mulata e pobre, formou-se em Direito e se tornou uma figura central na política e cultura pernambucanas (FERREIRA, 2021). Manuel Figueiroa de Faria, político e jornalista, foi a principal figura à frente do *Diário de Pernambuco*, que, sob sua liderança, tornou-se um órgão alinhado com o governo provincial (NASCIMENTO, 1968). Por fim, Joaquim Aquino da Fonseca, médico formado pela Universidade de Paris, destacou-se na saúde pública, presidindo a Comissão de Higiene Pública e contribuindo com sua experiência para o enfrentamento da epidemia (ALEXANDRE & CADENA, 2021).

O Recife, cortado por rios poluídos, cercado por mangues e dividido em várias ilhas, sofria com a ausência de sistemas eficientes de abastecimento de água potável e coleta de lixo. Essas condições, somadas à densidade populacional crescente e à falta de planejamento urbano, criavam um ambiente propício para a propagação de epidemias, agravando ainda mais os desafios de uma população já vulnerável. Outro ponto relevante a destacar é que Recife tinha uma alta densidade populacional em um espaço territorial limitado, com a maioria da população sendo pobre e vivendo em cortiços. Esse fenômeno foi exacerbado pelo crescimento acelerado e

desordenado das cidades. Carvalho argumenta que, “a partir da independência, foi-se firmando uma ideologia da vida urbana, como se esta representasse o progresso e a civilização. O resto era atraso” (2010, p. 85).

Relatos da precariedade das moradias no Recife podem ser encontrados em diversas fontes históricas e descrições de viajantes estrangeiros. Tais relatos frequentemente destacam que as casas, as cozinhas eram mal ventiladas, os quartos estavam frequentemente empoeirados, e o cheiro desagradável dos lençóis sujos, junto com a palha molhada das camas, causava repulsa, especialmente entre os estrangeiros de passagem pela cidade. A insalubridade dos estreitos cômodos, a má circulação de ar, a falta de luminosidade e o extenuante trabalho na cozinha contribuía para muitas mortes por doenças pulmonares, além de favorecerem a proliferação de bactérias, criando um ambiente propício para a disseminação do cólera (SANTOS, 2009).

Com o objetivo de reverter tamanha precariedade, a Câmara Municipal do Recife elaborou, em 1831, o Código de Posturas do Recife, anos antes do surto epidêmico abordado. Este documento, composto por 17 títulos, oferecia ao povo diversas recomendações, principalmente relacionadas à higiene. No Título 7, "Sobre diferentes objetos que prejudicam ao público," por exemplo, proibia-se a criação de porcos nas casas ou sua permanência nas residências por mais de oito dias, abordando um hábito comum entre as camadas mais pobres da sociedade tamanha a insalubridade desses espaços (SANTOS 2009).

A falta de comprometimento com a higiene íntima dos recifenses no final do século XIX gerava estranhamento entre os estrangeiros. Comer com as mãos durante as refeições, por exemplo, era uma prática comum que contrastava com os hábitos europeus. Outra prática que causava surpresa aos visitantes era o banho de mar, que, embora visto como uma atividade saudável pelos locais, parecia incomum e até desconcertante aos olhos dos europeus, acostumados com outras formas de higiene. O inglês Henry Koster<sup>2</sup>, que nasceu em Portugal, chegou ao Recife em dezembro de 1809. Em seus relatos, destacou que as ruas da cidade apresentavam um aspecto sombrio e que, nas vias públicas, era raro encontrar mulheres livres; apenas escravizadas eram vistas circulando. (SANTOS, 2009).

Manuela Arruda dos Santos, em sua análise do discurso desses viajantes, revela “um contraste de representações que os mesmos elaboram a respeito da cidade. É recorrente a

---

<sup>2</sup> Henry Koster é o autor do livro *Viagens ao Nordeste do Brasil*, que oferece uma visão detalhada sobre Pernambuco, especialmente sobre o Recife. Na obra, ele descreve suas impressões sobre a cidade, abordando sua geografia, arquitetura, população e costumes locais.

mudança de discurso entre a aparência encantadora da cidade, quando vista à distância, e o estado de decadência e abandono que se apresenta à medida que dela se aproxima” (2009, p. 41). Essa dualidade reforçava o choque cultural e a impressão negativa que os estrangeiros levavam do Recife.

Além dos hábitos privados de higiene, a precariedade das condições de saúde pública em Recife se manifestava na falta de infraestrutura adequada para o manejo dos mortos. Para enfrentar essa situação, a Lei nº 143, de 21 de maio de 1845, regulamentou a criação de um cemitério público, mas sua inauguração só ocorreu em 1851. O Cemitério Público do Bom Jesus da Redenção foi fundado com o objetivo de inibir práticas que preocupavam os higienistas, como o enterro de cadáveres dentro das igrejas e a permanência de corpos insepultos por dias. Com o aumento desenfreado de mortes durante períodos epidêmicos, a demanda por sepultamentos tornou-se insustentável para capelas, conventos e igrejas, a ponto de, em situações extremas, ser necessário abrir covas que já continham cadáveres em decomposição para acomodar novos sepultamentos (FARIAS, 2007).

As pessoas negras, especialmente as escravizadas, eram submetidas a um tratamento marcado pelo descaso e pela desumanidade. Seus corpos, muitas vezes, eram deixados ao abandono, e não era raro encontrar cadáveres flutuando nos rios ou espalhados pelas praias. Essa negligência refletia a condição sub-humana em que viviam, sendo frequentemente descritos como seminus, doentes e exalando mau cheiro.

Louis-Léger Vauthier, ao registrar suas impressões sobre o Recife, expressava uma profunda indignação diante dessa realidade. Ele identificava a miséria e a opressão como forças que empurravam os escravizados para situações de marginalização, como a criminalidade e a prostituição. Em seu *Diário Íntimo*, citado por Claudia Ponioni (2010), Vauthier revela com sensibilidade o impacto brutal do sistema escravagista sobre a dignidade e a vida dessas pessoas, ao dissertar:

Hoje o cadáver de um negro ficou boiando na praia, debaixo das nossas janelas, levado e trazido pelas oscilações das marés. Mil pessoas passaram, vieram no, pararam um instante antes de seguirem caminho muito filosoficamente. Aprecio pouco as ideias geralmente admitidas sobre cadáveres que tendem em alguns casos a conceder mais cuidados aos despojos sem alma do que ao ser quando está vivo – mas este descaso, essa indiferença geral perante a morte – é verdade que era um negro! Um negro vivo já é pouca coisa: o que será então um negro morto? Essa incúria generalizada com as

exalações que emanam de um cadáver, tudo isso caracteriza de modo bem saliente esta barbárie, engastada na selvageria e mal maquilada em civilização [...].<sup>3</sup>

Ao avaliar as condições sanitárias do Recife antes das manifestações coléricas, outro aspecto crucial a ser considerado é o deficiente abastecimento de água potável. Desde o período colonial, o transporte de água por canoas, dos mananciais até a cidade, era a principal forma de suprir a demanda dos casarões. Os barris, muitas vezes precários, eram transportados por negros. De acordo com observações de Carvalho, essa água era “suja, cuspidada e até mijada por negros mais afoitos” (1997, p. 87). A precariedade do abastecimento resultava em contaminação frequente, agravando as condições de saúde pública e facilitando a disseminação de doenças.

É importante destacar que algumas mudanças já haviam sido implementadas para aformosear o Recife e torná-lo mais atraente aos imigrantes europeus interessados em morar e comercializar na cidade, como melhorias na iluminação a gás e no transporte. No entanto, essas iniciativas não foram suficientes para solucionar os problemas mais profundos. Analisando essas condições, percebe-se que, além das deficiências na infraestrutura, a província carecia de pessoas instruídas. A população era frequentemente descrita como rude e ignorante, distante da civilidade desejada pelos imigrantes (SANTOS, 2009).

Apesar da intensa vigilância nos portos para impedir a entrada do patógeno em Pernambuco, o surto se espalhou pela província por meio das vias terrestres. Em dezembro de 1855, após passar pela Bahia, Sergipe e Alagoas, a doença foi registrada em Garanhuns, uma comarca situada a 230 km da capital. Em seguida, a epidemia se disseminou pelas regiões circunvizinhas. O Rio São Francisco, um importante elo natural entre províncias distantes, facilitou, de acordo com Andrade (1989), a propagação da epidemia até as comarcas de Flores e Alagoa de Baixo, hoje conhecida como Sertânia.

Em janeiro de 1856, a epidemia chegou a Vitória de Santo Antão, resultando em uma mortalidade alarmante. A insalubridade da província foi considerada um dos principais fatores que agravaram a situação. Além disso, a população demonstrava aversão à presença e à atuação dos médicos alopatas, recusando os tratamentos propostos e preferindo recorrer à homeopatia (FARIAS, 2007). Diante do caos, muitos moradores fugiram para outras áreas da província,

---

<sup>3</sup> PONCIONI, Claudia. O Brasil visto por Louis Léger Vauthier (Pernambuco, 1840-1846) - Diário e cartas. Navegações (Ensaio), v.3, n.2, p.121-129, jul./dez. 2010.

como Jaboatão, Imbiribeira e Afogados, regiões próximas ao Recife. Essa migração acabou contribuindo para a propagação ainda maior da doença.

A epidemia na capital pernambucana teve início em 28 de janeiro de 1856, com os primeiros casos registrados nas freguesias de São José, Santo Antônio e Boa Vista (FARIAS, 2007). Segundo Marcus Carvalho (2010), "o que se chama de São José e Santo Antônio em 1855 é, basicamente, o mesmo espaço físico chamado de Santo Antônio apenas, em 1828", evidenciando a interconexão física e social dessas áreas. Em São José, a alta densidade populacional e as condições sanitárias precárias favoreceram a rápida disseminação da doença. Em Santo Antônio, caracterizado pela intensa atividade comercial e residencial, as infecções cresceram de forma alarmante, sobrecarregando os serviços de saúde locais. Na freguesia de Boa Vista, apesar de suas áreas urbanizadas, a infraestrutura inadequada de saneamento também contribuiu para a expansão do surto.

As disparidades no impacto entre as freguesias foram influenciadas por fatores como densidade populacional, condições sanitárias e o contexto social específico de cada área, determinando a velocidade de propagação do patógeno e o alcance da epidemia.

A epidemia desencadeou uma série de problemas na vida das camadas mais desfavorecidas do Recife que vão muito além da já citada invasão da vida privada. Com medo da proliferação desenfreada do cólera, muitos agricultores, provenientes de regiões circunvizinhas, deixaram de comercializar seus produtos nas feiras das cidades, com isso não tardou para que o preço dos alimentos aumentasse. O *Diario de Pernambuco* já noticiava em suas páginas a escassez de diversos gêneros e a dificuldade do governo em controlar tamanha inflação: "Como é natural sente-se geralmente entre nós grande penúria de gêneros alimentícios, e os que há se vendem por muito alto preço; de sorte que, se mal que nos flagela, não melhorar, teremos de passar por todos os horrores de uma verdadeira fome."<sup>4</sup>

A dieta dos pernambucanos era composta por alimentos básicos como tubérculos, leguminosas e carne bovina. A farinha de mandioca e o feijão, por exemplo, vinham das áreas rurais, e o comércio interprovincial era vital para o abastecimento do Recife com esses produtos, além de grandes quantidades de charque. Os sítios nas proximidades dos principais bairros — Santo Antônio, Boa Vista e São José — também forneciam frutas, legumes e verduras à cidade

---

<sup>4</sup> HEMEROTECA DIGITAL, Diário de Pernambuco, Recife, 18 fev. 1856. n.0043, p.1.

(PAULINO; CÂMARA, 2020). No entanto, todos esses sistemas de abastecimento foram gravemente afetados pela epidemia de cólera. As áreas rurais produtoras enfrentaram uma queda drástica na produção, e o comércio interprovincial foi cortado em várias regiões. Cidades como Vitória e Pedras de Fogo, principais fornecedoras de carne bovina, também foram severamente impactadas pela epidemia, o que resultou em uma interrupção significativa no fornecimento de alimentos à capital (FARIAS, 2007).

A produção massiva de cana-de-açúcar em Pernambuco era destinada principalmente à exportação de seus derivados, como açúcar e aguardente, o que comprometia significativamente a diversificação agrícola na região. Embora houvesse pequenos produtores e um comércio local de gêneros alimentícios, a estrutura econômica priorizava esses produtos exportáveis, deixando em segundo plano o cultivo de alimentos essenciais para a subsistência da população. Na maior parte do tempo, a produção local de alimentos não conseguia suprir a grande demanda interna, o que tornava a importação uma solução necessária para mitigar a escassez (MORAIS, 2016). Em períodos de crise, como o surto epidêmico aqui abordado, a interrupção do abastecimento, somada à dependência de uma economia centrada exclusivamente nos derivados da cana, agravava problemas como a fome e a escassez de alimentos.

Os grupos mais afetados pelo desabastecimento alimentício eram também os que desenvolviam as atividades mais extenuantes e insalubres da capital. A presença de mulheres negras comercializando pequenos artigos e guloseimas foi frequentemente documentada por viajantes europeus, que descreviam seus tabuleiros repletos de doces, frutas, miudezas e uma variedade de outros produtos. Esses vendedores trabalhavam longas horas ao ar livre, expostos ao sol, chuva e às condições insalubres dos espaços por onde caminhavam. As ruas eram um ambiente de violência para mulheres e homens pobres, escravizados ou livres, marcados pela desconfiança generalizada e pela constante tensão com as autoridades policiais e judiciais (FARIAS, 2007).

Outra tarefa atribuída às camadas mais pobres da sociedade era o descarte do lixo, em uma época em que não existia um sistema organizado de esgoto urbano. Matérias fecais eram acumuladas em barris e tonéis de madeira dentro das edificações. Quando esses recipientes atingiam sua capacidade máxima, escravizados eram obrigados a transportá-los, despejando os dejetos em praias, mangues, rios ou quintais. De acordo com Mário Sette (1948), o transporte desses recipientes pelas ruas do Recife era fonte de constrangimento para a população mais

abastada, que se via exposta a riscos como o mau cheiro e o contato direto com os resíduos, já que os barris, frequentemente em mau estado de conservação, acabavam rompendo no trajeto, sujando as vias e até os transeuntes.

O medo da contaminação pelo cólera provocou uma queda na atividade comercial ambulante, com muitos vendedores hesitando em circular pela cidade. Avaliar a reação desses trabalhadores ao perigo da epidemia é desafiador, mas é provável que, especialmente os pobres livres, enfrentassem um dilema entre o medo da doença e a necessidade de trabalhar, optando por não sair às ruas em algumas situações (FARIAS, 2007). Essa preocupação também complicou significativamente a tarefa de transportar e despejar dejetos, que se tornou ainda mais perigosa e insalubre. A população, temendo o contágio, começou a adotar medidas de isolamento, o que afetou diretamente a economia local e a dinâmica das cidades. As autoridades sanitárias, por sua vez, enfrentaram o desafio de controlar a disseminação da doença enquanto lidavam com as dificuldades logísticas impostas pela situação.

### **1.3 Resposta das Autoridades Locais e Comunitárias**

Ao constatar a chegada do cólera, foram implementadas diversas medidas de controle, destacando-se a quarentena. O método em questão organizou a cidade em distritos, onde inspeções periódicas eram conduzidas por um diretor responsável, esse encarregado registrava e supervisionava os enfermos, usando essas informações para determinar clinicamente quais casos deveriam ser enviados para os lazaretos, sanatórios ou cemitérios. O Lazareto do Pina foi um dos primeiros a receber infectados e, rapidamente, começou a sepultar as primeiras vítimas da doença (MIRANDA, 2001).

É importante ressaltar que essas internações não foram bem recebidas pelas camadas mais pobres. Para assegurar a eficácia das ações, os médicos solicitaram apoio policial para realizar a remoção compulsória dos enfermos e mantê-los em isolamento. A comunicação com os indivíduos internados era realizada sob estrita vigilância, e não era permitida livremente, o que gerava insatisfação e desconfiança entre a população afetada (MIRANDA, 2001).

O médico Joaquim Aquino Fonseca desempenhou um papel fundamental no plano de contenção implementado pelo governo, mas não contava com o apoio do presidente da província, José Bento da Cunha Figueiredo, que, segundo Alexandre & Cadena (2021), "mais atrapalhava do que ajudava os projetos higienistas". Fonseca foi o primeiro presidente do Conselho Geral de

Salubridade Pública<sup>5</sup> e era um fervoroso defensor da ideia de que as ações humanas eram responsáveis pela deterioração das condições de salubridade no ambiente urbano. Em 1855, ele elaborou as '*Bases para um plano de edificação da cidade*', que estabeleciam diretrizes para o planejamento urbano, visando um crescimento ordenado e sustentável. Essas bases abordavam aspectos fundamentais, como a melhoria da infraestrutura, a criação de sistemas de drenagem e abastecimento de água, a gestão de resíduos e a promoção de condições sanitárias adequadas (SANTOS, 2016).

Fonseca acreditava que, após o primeiro contato entre a doença e uma localidade específica, como Recife, iniciava-se um processo de fermentação das substâncias liberadas pelos corpos afetados. Esse processo contaminava o ar da região com miasmas, o que, por sua vez, provocava o surgimento de novos casos da doença. Diniz (2003) relata que uma das recomendações do médico para dispersar o ar contaminado pela aglomeração de pessoas em um único espaço era acender pequenas fogueiras à noite.

Com base nisso, pode-se perceber que a atuação médica rompeu as barreiras tradicionais entre saúde e doença, sugerindo modificações essenciais no meio urbano. A visão de Joaquim Aquino Fonseca foi além do tratamento de indivíduos e se concentrou na transformação das condições sanitárias e de infraestrutura das cidades, refletindo uma abordagem proativa e sistemática para a prevenção de doenças. Como demonstrado, “era meta dos membros do Conselho de Salubridade intervir diretamente na desordem urbana, responsável pela ação negativa sobre a saúde física e moral da população” (MIRANDA, 2001, p. 105).

Apesar da aparente autoridade do Conselho de Salubridade Pública, a ausência de incentivo por parte do governo inviabilizou o cumprimento de muitas de suas metas, o que restringiu significativamente a efetividade das propostas e intervenções realizadas. A atuação do Conselho permaneceu predominantemente consultiva. Embora realizasse frequentes ações de fiscalização e regulação, somente com a criação da Comissão de Higiene, em 1853, é que se observaram mudanças significativas. Como revela Andrade:

A Comissão de Higiene teve atribuições bem mais amplas e explícitas, tal como a de impor multas, suspensão e prisão, conforme os casos, no que não deixava, no entanto, de depender da colaboração policial; e substituiu a Câmara Municipal no ajuizamento

---

<sup>5</sup> Em julho de 1845, foi estabelecido em Recife o Conselho de Salubridade Pública, sob a liderança de Rego Barros, conforme a Lei Provincial nº 143. Este conselho foi criado com a finalidade de aprimorar as condições sanitárias da cidade e enfrentar as epidemias que afetavam a população na época. (GUIMARÃES, 2010, p. 45)

das necessidades ou conveniências de medidas em prol da salubridade pública [...] (ANDRADE, 1989, p. 52)

A visita domiciliar foi uma das principais iniciativas da Comissão, realizada por médicos com o objetivo de identificar possíveis focos de contaminação e novos casos da doença. No entanto, essa prática frequentemente resultava na violação da privacidade de muitas famílias pobres. O grupo de agentes responsáveis pelas visitas era encarregado de fiscalizar o serviço de desinfecção e possuía autoridade para isolar as residências dos doentes. De acordo com dados levantados por Rosilene Gomes, a "companhia de desinfecção visitou 1.059 domicílios no Recife" (2007, p. 66).

Observa-se, a partir dos relatórios, que a maioria das ações desenvolvidas pelos agentes sanitários da província eram voltadas para as camadas mais pobres, que residiam nos mocambos da cidade. Essas moradias, localizadas próximas ao centro, enfrentavam problemas de drenagem dos terrenos, seja pela proximidade a corpos d'água poluídos ou áreas frequentemente alagadas. Algumas dessas residências eram construídas sobre espelhos d'água, sob a forma de palafitas (ALMEIDA & CORRÊA, 2012).

Durante esse período, o Recife enfrentou uma pressão demográfica significativa, comprimido entre os rios Capibaribe, Beberibe, e o mar, devido ao intenso fluxo de novos moradores (SANTOS, 2009). O crescimento desordenado da cidade foi caracterizado pela precariedade das condições de vida. Embora o centro urbano mantivesse certos privilégios, sendo o polo de negócios e da administração pública, a população de homens pobres livres e escravizados de ganho, incapaz de arcar com os altos aluguéis no centro, foi progressivamente empurrada para a periferia, em direção aos arrabaldes e áreas mais afastadas, onde o cólera fez mais vítimas.

A aglomeração de pessoas passou a ser considerada uma prática de alto risco, pois poderia favorecer a transmissão e conseqüente proliferação da doença. Para inibir essa prática, foi estipulado o fechamento temporário de mercados públicos, lojas e locais de entretenimento, como teatros e casas de espetáculos. Além disso, os transportes públicos também foram afetados, com restrições impostas ao tráfego de embarcações e outros meios de transporte que chegavam ou saíam da cidade (FARIAS, 2007).

Apesar dessas orientações, em Pernambuco, medidas como o fechamento de locais de entretenimento enfrentaram resistência. O presidente da província, José Bento da Cunha

Figueiredo, autorizou apresentações de uma companhia lírica que passava pela cidade, contrariando as recomendações da Comissão de Higiene Pública. Além disso, ele disponibilizou recursos públicos para financiar o evento, desviando-se do esforço coletivo de contenção da epidemia (ALEXANDRE & CADENA, 2021).

As autoridades locais utilizaram o *Diário de Pernambuco* para determinar diversas regras que visavam principalmente diminuir focos de transmissão e melhorar a salubridade dos espaços públicos. Segundo essas posturas decretava-se ser “expressamente proibido lançar de cima das casas sobre as ruas líquidos quaisquer, cisco, utensis velhos, animaes mortos, e bem assim ajuntar em qualquer parte das ruas vasos quebrados, louças, etc”<sup>6</sup>. Essas regras visavam inibir práticas que, até então, eram comuns no cotidiano doméstico da capital e que, supostamente, contribuíam para a propagação do patógeno.

Diversas comissões médicas foram enviadas pelo governo para o interior da província, compostas por médicos, estudantes e professores de medicina. Essas comissões tinham a responsabilidade de prestar assistência aos doentes e supervisionar a inumação de cadáveres. Um exemplo dessa movimentação ocorreu em Santo Antão, onde, conforme noticiado, “seguiram, além do estudante de medicina, Capello, que havia chegado na manhã anterior, um médico alemão, José Francisco de Albuquerque, e dois enfermeiros...”<sup>7</sup>. Além disso, foi reportado o envio de remédios, ambulâncias e gêneros alimentícios para Cimbres, com planos semelhantes para Garanhuns e São Bento posteriormente.

O governo frequentemente encontrava dificuldades para recrutar agentes qualificados dispostos a enfrentar as arriscadas responsabilidades das comissões. Como resultado, Aquino teve que buscar médicos externos, contratados para atender especialmente às necessidades do interior. O medo impedia a atuação de alguns profissionais de saúde; um exemplo disso foi um grupo de cirurgiões militares que, amedrontados, recusaram a ordem para se deslocar para Vitória de Santo Antão e acabaram sendo presos como consequência (ANDRADE, 1989).

Esse distanciamento entre os profissionais de saúde e populações mais carentes também pode ser compreendido à luz da teoria dos miasmas, predominante à época. Conforme Sidney Chalhoub (1996), acreditava-se que a disseminação de doenças estava associada ao ar impuro proveniente de habitações coletivas e insalubres. Para muitos médicos, esses locais não eram

---

<sup>6</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, Recife, 5 jan. 1856. n.0004, p.2.

<sup>7</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, Recife, 5 fev. 1856. n.0030, p.2.

apenas vistos como focos de epidemias, mas também como espaços que representavam um risco direto à sua própria saúde, o que reforçava o afastamento em relação a essas comunidades. Essa concepção contribuiu para a negligência no atendimento às populações pobres, frequentemente culpabilizadas pelas condições de insalubridade em que viviam, ao invés de receberem assistência e intervenções estruturais capazes de mitigar os efeitos das epidemias.

Para além disso, as ações rigorosas, como quarentenas e isolamentos compulsórios, foram recebidas com forte resistência, especialmente entre os grupos mais desfavorecidos. Isso expôs a profunda tensão entre as estratégias de saúde pública e os direitos individuais, agravada pela desconfiança em relação às autoridades. A atuação de Joaquim Aquino Fonseca, com ênfase na melhoria das condições urbanas, evidenciou a necessidade de uma abordagem mais abrangente para prevenir epidemias. No entanto, sua capacidade de implementar essas medidas enfrentou inúmeros obstáculos, incluindo a insatisfação popular e os conflitos de interesses entre médicos, políticos e setores econômicos, que frequentemente ignoravam suas recomendações. No próximo capítulo, analisarei como esses eventos foram retratados pela mídia e o impacto dessa cobertura na formação da percepção pública.

## JORNALISMO EM TEMPOS DE CÓLERA: A IMPRENSA PERNAMBUCANA NO OLHO DO FURACÃO

### 2.1 O Diário de Pernambuco e a Crônica da Epidemia

Compreendendo os antecedentes, a trajetória, a manifestação e as tentativas de contenção do cólera em Pernambuco, chegamos ao momento crucial de analisar como a imprensa da época transmitiu essas informações. O *Diário de Pernambuco* será inicialmente destacado, considerando sua relevância e amplo alcance no período. Contudo, é igualmente importante incorporar outras perspectivas, como a visão apresentada pelo *Liberal Pernambucano*, permitindo um contraste entre as narrativas veiculadas.

Essa abordagem comparativa não apenas amplia nossa compreensão sobre o impacto da comunicação na percepção pública durante a epidemia, mas também revela como cada órgão de imprensa abordou o tema. Assim, será possível identificar as nuances e os interesses específicos refletidos nas diferentes interpretações, destacando como o cólera foi tratado de forma variada, conforme as disputas ideológicas e políticas em curso na sociedade pernambucana.

Em dezembro de 1855, diante do anúncio da iminência do primeiro surto de cólera na província, os jornais pernambucanos em circulação, como o *Diário de Pernambuco*, o *Liberal Pernambucano* e o *Echo Pernambucano*, começaram a abordar o tema de maneiras distintas. Cada um desses veículos adotou uma perspectiva única, refletindo suas linhas editoriais e os interesses dos grupos que os apoiavam. A cobertura não se limitou a editoriais e artigos próprios; também incluiu a publicação de cartas, ofícios do governo e receitas médicas. Dessa forma, os jornais não apenas informavam, mas também moldavam as informações com base nas preocupações e nas disputas de poder entre os diferentes grupos da época.

Antes de abordar o tema, é importante considerar alguns aspectos relevantes. A maioria dos periódicos brasileiros era produzida por grupos pequenos, com interesses específicos, e servia principalmente para disseminar as opiniões dessas facções. Em um país com altos índices de analfabetismo, como destaca Alexandre (2010) sobre a realidade no Ceará, a imprensa teve um papel importante ao introduzir novos hábitos entre a população. Nos sábados, por exemplo, grupos se reuniam nas calçadas para ler e debater as notícias. O público leitor ocupava posições políticas bem definidas, o que frequentemente influenciava a forma como os eventos eram retratados. Como revela Alexandre:

Os jornais ocupavam papel estratégico nos jogos políticos provinciais, tentando convencer a chamada “opinião pública” sobre a superioridade ou inferioridade de determinados projetos e ideias políticas, refletindo, assim, as divisões sociais e partidárias existentes à época (2020, p. 70).

A partir disso, pode-se compreender que, apesar de o cólera estar vinculado à perturbação biológica do ser, ele deve ser entendido também como um elemento da cultura humana. Isso ocorre porque a percepção e interpretação da doença dependem dos seres humanos, que atribuem significado às interações entre microrganismos e o corpo (ROTOLI & COCCO, 2006). Dessa forma, a doença não é apenas um evento biológico, mas também um conceito moldado pela cultura e pelas interpretações sociais.

O *Diário de Pernambuco*, fundado em 7 de novembro de 1825, inicialmente como uma folha de anúncios em Recife, teve como primeiro proprietário o jornalista Antonino José de Miranda Falcão. No entanto, no recorte temporal aqui abordado, a direção e a propriedade do jornal estavam sob a responsabilidade de Manuel Figueiroa de Faria desde 1835 (NASCIMENTO, 1968).

O autor Luiz do Nascimento (1968) relata que foi durante a gestão de Figueirôa que o jornal se tornou o órgão oficial do governo, incorporando ao seu cabeçalho o "clichê do brasão de armas do Império". Nascimento também menciona a fusão entre o *Diário da Administração*<sup>8</sup> e o *Diário de Pernambuco*. Ao anunciar essa nova fase do jornal, o redator-chefe declarou: "Não somos, pois, criaturas nem parasitas do governo" (1967, p. 37), enfatizando que essa associação não o impediria de criticar e repreender condutas quando necessário.

O título de 'porta-voz do governo', frequentemente utilizado de forma pejorativa pelos jornais opositores, como o *Liberal Pernambucano* e o *Echo Pernambucano*, sugere que, apesar do alegado compromisso com a verdade, esse periódico compartilhava inevitavelmente as ideias de um grupo político-partidário específico, servindo a fins igualmente políticos. Nesse contexto, é essencial analisar como os acontecimentos — no caso, relacionados à doença — foram construídos, levando em consideração as diferentes camadas de influência e a rivalidade entre os veículos de comunicação da época.

---

<sup>8</sup> O *Diário da Administração* foi um periódico oficial do governo da província de Pernambuco, publicado durante o século XIX. Ele servia como o órgão de divulgação oficial das decisões, decretos, portarias e outras ações administrativas do governo provincial. Seu principal objetivo era informar a população e os servidores públicos sobre as atividades governamentais e promover a transparência das ações da administração pública (NASCIMENTO, 1996).

Como mencionado anteriormente, o primeiro caso de manifestação colérica em Recife ocorreu em 28 de janeiro de 1856. No entanto, essas informações não foram divulgadas no mesmo dia. Até então, alegava-se que "a capital, até a extensão de 8 léguas para o interior, 20 para o sul, e toda a região ao norte, estava isenta do flagelo"<sup>9</sup>, apesar das notícias de propagação desenfreada da doença pelo interior. Isso reforçava o sentimento de cerco provocado pela disseminação da epidemia nas regiões circunvizinhas. Além disso, já se apontava a ineficácia das ações de contenção empreendidas pelo presidente da província, José Bento da Cunha Figueiredo, como é possível observar no trecho a seguir:

Sabemos que S. Exc. também reconhece a inutilidade das quarentenas, e se ainda mantém o burlesco Lazareto, somente para cumprir um dever, ir de acordo com a medicina, a fim de evitar a censura de que abandona a salubridade pública, e não ser culpado do resultado do aparecimento do mal na capital.<sup>10</sup>

Ainda em meio às incertezas e ao receio da chegada do surto, sem uma nota oficial publicada, o *Diário de Pernambuco* compartilhou um plano, idealizado pelo governo, para ser implementado "se infelizmente aparecer a epidemia". Ciente de que a quarentena não estava surtindo o efeito esperado, as autoridades buscaram assegurar à população que ninguém ficaria desamparado. Foi anunciado que seriam distribuídas boticas portáteis para atender quem necessitasse, garantindo também aos médicos todo o aparato necessário para o exercício de suas funções.<sup>11</sup>

Essa atmosfera de pré-exposição, marcada por uma tensão crescente e pelo acompanhamento diário da doença — que consistia em um apanhado cronológico sobre a propagação da epidemia pelo mundo e pelo país — criou uma expectativa em relação ao momento em que ela finalmente chegaria ao Recife. Esse contexto poderia ter desencadeado um surto coletivo; no entanto, embora o medo tenha aumentado significativamente entre a população, o pânico parecia estar contido. Um dos fatores que pode ter influenciado essa situação é a tentativa do governo de convencer a opinião pública de que suas ações estavam sendo efetivas. Essa percepção foi constantemente reforçada pelas notícias, que frequentemente compartilhava informações sobre as medidas de contenção de danos e cuidados paliativos, embora seja precipitado afirmar que tais medidas eram suficientes para evitar o pânico.

---

<sup>9</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 jan. 1856. n.0023, p.1.

<sup>10</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 jan. 1856. n.0023, p.1.

<sup>11</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 jan. 1856. n.0024, p.1.

O primeiro caso na capital foi noticiado nas páginas do *Diário de Pernambuco* em 30 de janeiro de 1856. A matéria relatava que o soldado Hermenegildo de Paula Albuquerque apresentava sintomas associados à doença, como câimbras e vômitos. No entanto, no dia seguinte, o jornal divulgou que Hermenegildo havia falecido já no dia 29, contradizendo a cronologia sugerida anteriormente. Além disso, a notícia mencionava a morte de outros dois homens, o que ampliou a percepção de gravidade da situação.

Esse desencontro de informações marcou a transição da doença de uma ameaça abstrata para um "fato concreto". A partir desse ponto, as notícias passaram a construir significados mais alarmantes sobre o evento, moldando a percepção tanto do público quanto da imprensa. No dia 31, as matérias sobre a chegada da moléstia não trouxeram qualquer sinal de esperança; a primeira nota publicada no jornal anunciou de forma desoladora que:

De ordem de S. Exc. o Sr. presidente da província se manda fazer publico, que não se havendo encontrado, não obstante as maiores diligências e oferecimentos, um ou mais médicos que queiram ou possam aceitar a comissão de ir prestar socorro de uma profissão as pessoas atacas da epidemia na cidade da Victoria, convida-se pelo presidente á qualquer professor de medicina, que não tenha sido convidado, a apresentar-se ao mesmo Exm. Sr., afim de para ale partir sem perda de tempo, mediante todo qualquer auxílio, ou gratificação que solicitar, e que serão imediatamente satisfeitos.<sup>12</sup>

Essa declaração revelou que a doença já havia se espalhado por toda a localidade vizinha e que o número de profissionais disponíveis era insuficiente para atender à crescente demanda de doentes. A gravidade da situação era tamanha que o presidente da província sentiu-se obrigado a vir a público, solicitando médicos que estivessem disponíveis<sup>13</sup>- situação que, em breve, também se tornaria comum na capital, agora atingida pela doença.

No final de janeiro de 1856, houve uma intensificação nas publicações sobre a doença. O *Diário de Pernambuco* destacou o tema em colunas como a "Página Avulsa", que criticava tanto as ações do governo quanto a negligência da população em relação às medidas de higiene e prevenção. Em fevereiro, foi lançada a coluna "Boletim do Cholera-Morbus", assinada pelo Dr. Joaquim Aquino. Nela, eram divulgados dados como o número de internados, sexo, mortalidade na capital e a condição social dos acometidos, distinguindo entre livres e escravizados. Essa atenção maior ao tema parece diretamente ligada ao impacto dos óbitos registrados na capital.

---

<sup>12</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, Recife, 31 jan. 1856. n.0026, p.1.

<sup>13</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, Recife, 31 jan. 1856. n.0026, p.1.

Diante da urgência de relatar os acontecimentos, o *Diário de Pernambuco*, que até então não circulava aos domingos, exceto em edições extraordinárias, publicou três edições dominicais durante o mês de maior turbulência na localidade, datadas de 10, 17 e 24 de fevereiro. As duas últimas edições extraordinárias continham apenas duas páginas de conteúdo selecionado, onde, evidentemente, também foi abordada a epidemia e suas repercussões.(NASCIMENTO, 1967)

Observa-se que a morte possuía um grande valor na imprensa da época e, conseqüentemente, estimulou o desejo por lucro individual. Diversos medicamentos foram anunciados como preventivos e curativos, prometendo a cura para a enfermidade. A última página do *Diário de Pernambuco* era frequentemente dedicada a esses anúncios. Homeopatas, em particular, estavam dispostos a compartilhar seus tratamentos, geralmente mediante o pagamento de valores previamente acordados. O desejo de associar produtos a doença era tão grande que até mesmo luvas de lã acolchoadas foram anunciadas como uma “artilharia contra o cólera”, prometendo gerar calor para a pele e evitar ferimentos<sup>14</sup>.

Não demorou para que também fossem divulgadas ações de pessoas comuns que pleiteavam a descoberta de remédios. Um exemplo foi o caso de um escravizado pertencente ao engenho de Guararapes<sup>15</sup>, que havia prestado auxílio a doentes na localidade. No *Diário de Pernambuco*, foram publicadas as orientações do tratamento que ele havia desenvolvido: "Pisam-se as ervas abaixo mencionadas<sup>16</sup>, com azeite de carrapato, e unta-se todo o corpo do doente, especialmente a espinha dorsal, peito, cabeça e subaco, até que desapareçam ou cedam em parte as dores"<sup>17</sup>. Após a execução do procedimento, o enfermo deve beber uma xícara do cozimento preparado dentre outras recomendações.<sup>18</sup>

O clima de medo e tensão não era alimentado apenas pela gravidade da doença, mas também pela evidente incapacidade de enfrentá-la de forma eficaz. Nesse contexto, além dos anúncios promovidos por homeopatas, figuras como o curandeiro Pai Manoel ganharam destaque, tornando-se um dos temas mais comentados da época. Sua notoriedade foi amplamente explorada, especialmente pela imprensa oposicionista, que criticava a liberdade concedida ao

---

<sup>14</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, Recife, 16 fev. 1856. n.0040, p.4.

<sup>15</sup> O curandeiro africano Pai Manoel, afirmava ter um tratamento capaz de curar o cólera, foi amplamente divulgado pela imprensa local junto com seu "remédio milagroso".

<sup>16</sup> O cozimento de ervas indicado por pai Manoel e descrito no *Diário de Pernambuco* consiste no cozimento de ervas (Papo de peru; Mentrasto; Zunzo; Erva-moira; Coirana; Malva brava; Fedegoso; Rama de batata de terra; Capim pé de galinha rateiro; Tinhorão) adoçado com açúcar branco.

<sup>17</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, Recife, 18 fev. 1856. n.0043, p.1.

<sup>18</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, Recife, 18 fev. 1856. n.0043, p.1.

curandeiro. Notícias sobre sua popularidade entre os pobres começaram a circular, indicando que, por convicção ou com o intuito de ridicularizar a classe médica, ele passou a ser chamado de "Dr. Manoel da Costa", uma alusão tanto ao título de médico quanto à sua origem na costa da África.<sup>19</sup>

É interessante observar que, embora o *Diário de Pernambuco* tenha veiculado notícias relacionadas ao curandeiro, o jornal parecia abordar o tema com certa discrição, especialmente quando comparado às frequentes e destacadas menções feitas pelo *Liberal Pernambucano*, como veremos mais adiante. Até mesmo as mortes atribuídas ao tratamento supostamente ineficaz realizado por Pai Manoel foram mencionadas apenas de forma breve, em uma nota discreta na página dois de uma edição<sup>20</sup>, sem maior destaque editorial ou aprofundamento sobre o impacto desses eventos na comunidade.

A desaprovação em relação ao curandeiro era amplamente manifestada, inclusive entre os médicos. O doutor Cosme de Sá Pereira, que anteriormente havia sido membro da Comissão de Higiene, publicou uma carta aberta no *Diário de Pernambuco* em 31 de março de 1856. Nessa carta, ele argumentava que a fama de Pai Manoel se devia ao fato de o cólera não ter feito vítimas no engenho Guararapes, onde o escravizado residia, o que levava a população a acreditar na eficácia de seus remédios. Contudo, Sá Pereira destacava que as práticas do curandeiro já não apresentavam os mesmos resultados.

A falta de uma proposta competente de tratamento, o número insuficiente de profissionais para atender à crescente demanda e a atuação frequentemente desqualificada desses médicos contribuíram para ampliar a desconfiança da população. A situação era especialmente grave entre os mais pobres, que muitas vezes se viam completamente desamparados. Um exemplo disso é o caso de uma senhora em situação de pobreza, que, desesperada por ajuda, foi até a casa de um médico em busca de socorro. No entanto, de acordo com relatos publicados<sup>21</sup>, o referido doutor a respondeu de forma desdenhosa, dizendo-lhe para "pentear macacos".

Essa falta de comprometimento foi observada também entre enfermeiros e cirurgiões, com ênfase na falta de coragem diante da grande calamidade. No entanto, destaca-se a atuação de alguns professores que, segundo o *Diário de Pernambuco*, “cheios de caridade e beneficência”, se dispuseram a ajudar os doentes pobres que estavam desamparados. Declarou-se

---

<sup>19</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 fev. 1856. n.0048, p.2

<sup>20</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 fev. 1856. n.0050, p.2

<sup>21</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, Recife, 22 fev. 1856. n.0047, p.2

que toda a "estima pública" seria direcionada àqueles que avidamente demonstraram caridade e benevolência neste período de agonia.<sup>22</sup>

Após esse longo período de tribulação, noticiou-se, em 17 de março, que a epidemia parecia regredir em diversas localidades da província. O texto, divulgado na coluna "Retrospectiva Semanal", não foi assinado, mas possivelmente fazia parte do editorial do jornal. Nele, foram apontados três fatores que teriam potencializado a elevada quantidade de óbitos registrados: o descaso da população em relação aos sintomas iniciais da doença, a falta de uma dieta adequada e a atuação de charlatães, que, de forma desonesta, propagavam tratamentos ineficazes. Além disso, destacou-se a dificuldade de acesso a diversos gêneros alimentícios durante o ápice do surto, agravando ainda mais a situação. Curiosamente, nenhum fator político foi incluído como responsável pelo agravamento da crise; o nome do presidente da província, Sr. José Bento, foi mencionado apenas como o responsável por ordenar que a Junta de Higiene visitasse as enfermarias da capital e arredores. Os impactos da epidemia foram devastadores para muitas famílias, com a perda de mães e pais, o que resultou em um número alarmante de órfãos, ampliando a dimensão humana da tragédia.<sup>23</sup>

O tratamento dado pelo *Diário de Pernambuco* aos acontecimentos certamente levanta questões importantes sobre as escolhas narrativas feitas pela imprensa. Até que ponto o jornal responsabilizou todos os envolvidos na crise sanitária, ou será que houve uma omissão estratégica de certos aspectos? O que motivou a seleção de determinados enfoques e a forma como as informações foram apresentadas? Essas perguntas desafiam a visão simplista de que as publicações foram meramente informativas, indicando que interesses políticos e ideológicos podem ter influenciado a forma como os acontecimentos foram retratados. No entanto, é preciso considerar que grande parte do material publicado nos jornais não era produzido exclusivamente pelas redações, incluindo correspondências e textos pagos, cuja presença refletia tanto afinidades sociais e políticas quanto as dinâmicas econômicas da época. Para responder a essas inquietações, será fundamental explorar também outras perspectivas, como a do *Liberal Pernambucano*, que oferece uma abordagem distinta e contraposta.

## **2.2 O Liberal Pernambucano: Uma Outra Perspectiva da Crise.**

---

<sup>22</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, Recife, 22 fev. 1856. n.0047, p.2

<sup>23</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 mar. 1856. n.0068, p.1

Neste trecho, focarei exclusivamente em como o *Liberal Pernambucano* relatou a epidemia de cólera. Com uma linha editorial diferente do *Diário de Pernambuco*, o periódico ofereceu uma perspectiva alternativa sobre o surto, destacando aspectos que não estavam em evidência na cobertura predominante.

Por meio da análise de suas publicações, buscarei compreender como o jornal em questão abordou os eventos, quais temas priorizou e de que forma suas narrativas contribuíram para ampliar a compreensão sobre a comunicação durante a crise. Apesar da pluralidade de vozes presentes no periódico, procurarei identificar os objetivos centrais do jornal e como eles se manifestaram nas diferentes perspectivas veiculadas.

O *Liberal Pernambucano* foi criado em 7 de setembro de 1852, como resultado de uma reformulação do jornal *A Imprensa*. Essa reestruturação tinha como objetivo reverter o desempenho insatisfatório que o antecessor vinha apresentando. Em 1856, ano marcado pela manifestação do cólera, que constitui o foco desta análise, o *Liberal Pernambucano* era editado por Antônio Vicente do Nascimento Feitosa, figura central na condução editorial do jornal (NASCIMENTO, 1966). Sob sua liderança, o periódico adotou uma postura crítica às ações governamentais durante a epidemia, refletindo os interesses políticos e sociais de seu grupo e oferecendo uma narrativa que contrastava com a dos veículos alinhados ao governo.

Feitosa destacou-se na história da imprensa pernambucana por sua atuação em diversos periódicos, como *O Liberal Pernambucano*, *Argos Pernambucano*, *Constitucional Pernambucano* e *O Maccabêo*, entre outros. Escrevia regularmente em defesa de seus ideais políticos e sociais, promovendo valores ligados à família e à liberdade de imprensa. Seu nome era mencionado em jornais de outras províncias, inclusive adversários políticos, evidenciando sua influência. Filiado ao Partido Liberal desde jovem, participou da imprensa como colaborador, redator-chefe e, em 1849, fundou seu próprio jornal, *O Maccabêo*.

Essa postura crítica era tão evidente que, em 1856, uma das primeiras menções da palavra “cólera” no *Liberal Pernambucano* não foi feita para alertar sobre o surto, mas apareceu em um texto produzido pela redação, que teceu duras críticas ao então presidente da província, José Bento da Cunha Figueiredo. Ele foi descrito, como uma “praga” que assolava Pernambuco, levando o jornal a questionar: “Até que ponto esse verbo de cólera e das misérias humanas levará o seu desarrazoado e impetuoso procedimento?” Essa abordagem não apenas refletia a indignação do jornal em relação à gestão da crise, que já assolava a província, mas também

evidenciava sua intenção de responsabilizar as autoridades pelas mazelas que logo mais assolaram a capital.<sup>24</sup>

O tom predominante nos textos enfatizava os efeitos negativos que o governo da época não conseguia mitigar. Isso é evidente na primeira edição da coluna intitulada “A Fome e a Peste”<sup>25</sup>, publicada com destaque na capa do jornal, o que sugere tratar-se de um editorial, apesar de não estar assinada. O texto acusa o presidente da província de ser incapaz de conter a alta dos preços dos gêneros alimentícios, deixando os pequenos produtores desamparados em benefício dos grandes latifundiários, incluindo estrangeiros com investimentos em terras brasileiras, especialmente na produção de açúcar para exportação. Com isso, a fome não tardaria a chegar.

Ao relatar as últimas notícias vindas da localidade vizinha, Vitória de Santo Antão, percebe-se que a narrativa construída não se limita apenas às desventuras provocadas pelo cólera, mas também aborda outros problemas. O texto, publicado com o subtítulo “O Cholera”, destacado na capa e não assinado, apresenta reflexões contundentes sobre o descontentamento social da época ao ponderar que “Porque razão há de o povo ter medo do cólera? O que é a morte para homens que vivem em estado de miséria? Que os grandes senhores que gozam das vantagens da vida, tenham medo de morrer [...]”<sup>26</sup>, o emissor revela o profundo descontentamento social, onde a doença surge quase como um reflexo da desigualdade e da opressão. Assim, o cólera é percebido não apenas como uma ameaça sanitária, mas também como um símbolo das injustiças que afligem a população mais vulnerável. Ao final da publicação, destaca-se que o Sr. José Bento, presidente da província, nada tem feito para remediar a situação, restando aos acometidos confiar na Providência Divina.

Como mencionado anteriormente, a epidemia com o tempo resultou em um número alarmante de mortes na cidade de Vitória, agravada pela escassez de médicos, o que aprofundou ainda mais a crise. *O Liberal Pernambucano* citou uma nota emitida pelo *Diário de Pernambuco*, na qual o próprio presidente da província veio a público solicitar que médicos disponíveis prestassem socorro imediato às vítimas. No entanto, a forma como a notícia foi redigida revela sutilezas importantes. O título da nota “Que desespero!”<sup>27</sup>, assim como o tom do

---

<sup>24</sup> HEMEROTECA DIGITAL, Liberal Pernambucano, Recife, 09 jan. 1856. n.00974, p.1

<sup>25</sup> HEMEROTECA DIGITAL, Liberal Pernambucano, Recife, 12 jan. 1856. n.00977, p.1

<sup>26</sup> HEMEROTECA DIGITAL, Liberal Pernambucano, Recife, 19 jan. 1856. n.00983, p.1/2

<sup>27</sup> HEMEROTECA DIGITAL, Liberal Pernambucano, Recife, 01 fev. 1856. n.00994, p.2

texto, adota um caráter acusatório e até irônico, sugerindo que a dificuldade enfrentada pelo Sr. José Bento, diante da gravidade da crise, já havia sido prevista por seus críticos.

Um ponto importante a destacar é que, embora o primeiro caso na capital tenha sido registrado em 28 de janeiro de 1856, conforme amplamente divulgado pelo *Diário de Pernambuco*, até o dia 5 de fevereiro, o jornal *O Liberal Pernambucano* ainda afirmava: "Continua a epidemia a fazer estragos e a caminhar para a capital". Nesse contexto, o periódico menciona um possível foco de contágio em Santo Amaro, Jaboatão, no engenho Sant'Ana, onde estariam falecendo vários escravizados e trabalhadores livres. Esse relato evidencia a incerteza e a tensão da época, enquanto a doença avançava e os jornais divergiam de certa forma sobre seu alcance e impacto.

Somente em 11 de fevereiro de 1856, o jornal confirmou que a epidemia já se alastrava pela capital, em um texto destacado e não assinado, possivelmente parte do editorial do jornal. O relato afirmava: "Continuam aparecendo alguns casos fatais da epidemia nesta cidade, não só de pessoas vindas dos lugares onde ela grassa com intensidade, como também de algumas que daqui nunca saíram." Na mesma edição, foram publicadas recomendações e exigências direcionadas ao Sr. José Bento, presidente da província, com o objetivo de mitigar os efeitos da epidemia. A coluna "Boletim Cólera-Morbus" atualizou os leitores sobre a situação da capital, conforme relato do presidente da Comissão de Higiene Pública, Dr. Joaquim de Aquino Fonseca, informando o sepultamento de 17 homens e 5 mulheres, com o primeiro óbito registrado em 29 de janeiro.<sup>28</sup>

Diante deste anúncio, houve um aumento significativo da cobertura sobre o cólera, reconhecendo o impacto devastador da doença na sociedade. Em edições subsequentes, o jornal passou a dedicar a primeira página a informações detalhadas sobre o avanço da epidemia, criando uma coluna especial que listava diariamente as vítimas fatais. Esse espaço se tornou uma crônica da tragédia pública, informando leitores sobre o número crescente de mortos e alertando a população para a gravidade da crise sanitária.

Tamanha a seriedade da situação levou o jornal a publicar, em um texto não assinado, mas que aparentemente faz parte do editorial, um apelo por união e trégua nas disputas políticas, afirmando:

Na presente situação em que só vemos diante dos olhos um inimigo – a peste – convém que todos, de comum acordo, empreguemos esforços para salvar o maior número de

---

<sup>28</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 11 fev. 1856. n.01001, p.1

vidas possível. Cabe também ao governo deixar de lado o rancor e a hostilidade ao partido adverso, unindo-se a todos no combate ao inimigo comum e escolhendo o merecimento onde quer que o encontre, sem distinção de cores políticas.<sup>29</sup>

O *Liberal Pernambucano* delegava, assim, ao presidente da província a responsabilidade de conduzir a gestão da crise de forma imparcial, fornecendo o apoio necessário a toda a população, sem considerar divisões partidárias, e amparando igualmente todos os cidadãos pernambucanos na luta contra a epidemia.

Contudo, a trégua proclamada foi breve, e as críticas à condução da crise sanitária logo começaram a surgir. Conforme relatado pelo próprio jornal, notícias veiculadas pelo *Paiz* foram o estopim para o fim do período de harmonia. Em resposta, o *Liberal* acusou o periódico opositor de tentar construir uma imagem heroica do presidente da província, Sr. José Bento, uma versão que, segundo o jornal, não condizia com a realidade. Para o *Liberal*, houve descaso com as medidas preventivas antes do avanço da epidemia e, após o surgimento do surto na capital, o presidente continuava enfrentando a falta de comprometimento e apoio dos aliados aristocráticos.<sup>30</sup>

A atuação de profissionais de saúde não qualificados estava proibida pelo alvará de 22 de janeiro de 1810, especificamente em seu artigo 18, que exigia que todos os profissionais da área fossem devidamente certificados pelas Faculdades de Medicina do Brasil. Contudo, conforme relatado pelo jornal *Liberal Pernambucano*, o governo local parecia ir contra essa decisão ao permitir a prática de tratamentos não certificados.<sup>31</sup>

Após o surgimento da epidemia, o governo enviou carteiras homeopáticas às áreas rurais e contratou "curiosos"<sup>32</sup> – indivíduos sem formação médica – para tratar os doentes, expondo a população ao risco de profissionais não qualificados. José Bento da Cunha Figueiredo apoiou essa prática, incentivando homeopatas sem formação a atuar, o que gerou confrontos com médicos tradicionais, especialmente em Vitória de Santo Antão, onde o delegado Tiburtino Pinto de Almeida liderou os homeopatas e disseminou desconfiança contra os médicos. A omissão da Comissão sobre o envolvimento do presidente, embora questionada pela legislação imperial, exemplifica a resistência a confrontos administrativos diante da gravidade da epidemia (ALEXANDRE & CADENA, 2021).

---

<sup>29</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 13 fev. 1856. n.01003, p.1

<sup>30</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 16 fev. 1856. n.01006, p.1

<sup>31</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 18 fev. 1856. n.01007, p.1

<sup>32</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 18 fev. 1856. n.01007, p.2

As ações de contenção e prevenção realizadas pela Comissão de Higiene foram duramente criticadas pelo *Liberal Pernambucano*, especialmente no que se refere à desinfecção de residências e à queima das roupas dos infectados pelo cólera. Segundo o jornal, após a morte de uma pessoa, a doença rapidamente se alastrava entre os familiares, levando a óbito todos os integrantes da casa. Diante desse cenário alarmante, o jornal apontava a urgência da contratação de agentes responsáveis pela fumigação e limpeza das casas, com o objetivo de minimizar os efeitos devastadores causados pela epidemia<sup>33</sup>.

Já queimar todas as roupas do doente até a completa destruição era vista como uma medida cruel e vexatória, especialmente para famílias de baixa renda, que não podiam arcar com a destruição de roupas essenciais. Em muitos casos, a perda das vestimentas agravava a situação dos familiares que poderiam adoecer e não ter recursos suficientes para cobrir-se e cuidar de si adequadamente. Como alternativa, o jornal propôs que a desinfecção fosse feita com uma solução de cloreto de cal ou de soda diluída em água, na qual as roupas deveriam ser imersas.<sup>34</sup> Esse posicionamento do periódico ia além de uma postura meramente oposicionista, sugerindo alternativas que visavam minimizar o impacto das ações de contenção sobre as condições de vida das famílias afetadas pela epidemia.

A cada nova edição, o *Liberal Pernambucano* compartilhava os tratamentos que surgiam e estavam sendo desenvolvidos em diversas localidades da província, e não demorou para que o escravizado Manoel também fosse mencionado. Em 26 de fevereiro, o jornal anunciou:

Abaixo publicamos de que ingredientes se compõe a importante receita do célebre Manoel, autorizado por diploma do Exm. Sr. Presidente para curar nesta desditos província e até em hospitais! Por ai veja o publico sensato a que mãos tem estado entregue a nossa sorte. Se não há aí um plano oculto e misterioso, parece que o único remédio a aplicar ao triste administrador é - pombos na cabeça. E que fará o novo conselho de higiene? Dar a cadeira de sua presidência ao Dr. Manoel, cuja receita é digna de figurar entre os maiores incentos da ciencia de Hipócrates! Pobre pernambucanos! A que grau de aviltamento tens chegado, na mão de homem mais inepto.<sup>35</sup>

O tom adotado pelo *Liberal Pernambucano* ao relatar sobre o escravizado Manoel é claramente irônico e mordaz, com o objetivo de desacreditar as autoridades locais e as medidas sanitárias adotadas durante a crise. Ao mencionar a "importante receita" de Manoel, o

---

<sup>33</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 22 fev. 1856. n.01011, p.1

<sup>34</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 23 fev. 1856. n.01012, p.1

<sup>35</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 26 fev. 1856. n.01014, p.2

jornal exagera ao ponto de sugerir que ele fosse nomeado presidente do conselho de higiene, uma crítica sarcástica que expõe sua visão sobre a falta de rigor e organização do Presidente José Bento. A referência ao “público sensato” e ao “plano oculto e misterioso” sugere que o jornal via o uso de tratamentos alternativos como um reflexo de má gestão, incompetência e descaso por parte do governo, resultando em um "grau de aviltamento" que, segundo a publicação, comprometia a dignidade e a saúde do povo pernambucano.

A inclusão da receita pretendia acentuar a incongruência entre as ações governamentais e os preceitos da ciência médica, ironizando a seriedade com que autoridades locais validavam o uso de métodos pouco ortodoxos. Deixando-se claro, assim, seu descontentamento não só com a condução política da crise, mas também com a forma como a saúde pública estava sendo conduzida na província, a seu ver, de maneira pouco responsável e até risível.

A atuação do escravizado em hospitais do Recife foi noticiada no *Liberal Pernambucano* com indignação onde destacou-se a morte de vários enfermos supostamente sob os cuidados do curandeiro. Segundo o jornal, ele teria sido chamado para tratar uma escravizada pertencente ao Sr. Antônio Carneiro<sup>36</sup>; contudo, assim como outros pacientes mencionados, ela teria vindo a óbito poucas horas após o início do tratamento administrado. O jornal garantiu que todos os recursos e exigências necessários para a realização das atividades do curandeiro haviam sido atendidos, mas que, ainda assim, as mortes não foram evitadas.

Na primeira página do *Liberal Pernambucano*, sob o subtítulo "Uma Calúnia" e com autoria anônima, foi publicado um texto que abordava as críticas à atuação de Manoel. Relatava-se que alguns apoiadores do presidente da província teriam sustentado a teoria de que inibir a atuação do escravizado poderia provocar uma revolta popular, já que a população até então mostrava-se favorável aos feitos do curandeiro. Contudo, o periódico reprovava essas ideias, advertindo que “o povo pernambucano não é selvagem; jamais se desgraçará ao ponto de colocar-se à mercê de um pobre africano e de uma estupidez sem igual”<sup>37</sup>, classificando tais afirmações como uma afronta à civilidade do povo pernambucano.

Segundo o jornal, por meio da publicação assinada com o pseudônimo *Unus e Populo*<sup>38</sup>, o tratamento oferecido ao curandeiro deveria ter sido completamente diferente. Caso a

---

<sup>36</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 27 fev. 1856. n.01015, p.2

<sup>37</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 27 fev. 1856. n.01015, p.1

<sup>38</sup> *Unus e Populo* é uma expressão em latim que pode ser traduzida de forma livre como "Um do Povo" ou "Um entre o Povo".

“presidência da província estivesse nas mãos de um homem mais enérgico e humano”, todos os esforços possíveis seriam feitos para expor a ineficácia do remédio promovido. No entanto, a postura adotada por José Bento foi de permitir a atuação do indivíduo sem investigar suas técnicas, o que, segundo o jornal, entregava as populações mais carentes à uma falsa crença.<sup>39</sup>

Na coluna intitulada “*Comunicado*”, publicada anonimamente em 3 de março de 1856, trouxe como subtítulo “Breves considerações acerca das causas do charlatanismo no Brasil e suas consequências, especialmente com relação à crise atual”. O texto discutiu a precariedade das práticas medicinais realizadas por indivíduos desqualificados e advertiu sobre o papel do governo na propagação da desinformação, ao apoiar e dar visibilidade a agentes sem respaldo técnico-científico. A figura do curandeiro foi destacada como exemplo, ilustrando os perigos decorrentes da falta de regulamentação, que expunha a população a métodos de eficácia duvidosa.

A Comissão de Higiene Pública também discordava da confiança nas práticas do escravizado, posição que o *Jornal Liberal* prontamente divulgou em um texto sem assinatura. Destacando que:

Se o presidente da província queria dar carta branca ao preto Manoel para dizimar impunemente a população desta capital, a comissão de higiene pública assentou que não devia fazer-se participante de tal responsabilidade, não quis ser cúmplice com ele em horrores tamanhos, nem mesmo autorizando-os o seu silêncio, e não podendo dar sua demissão perante o mesmo presidente, deu-se por impossibilitada continuar no exercício de suas funções, por incômodo de seus membros.<sup>40</sup>

Essa postura da Comissão de Higiene Pública reforçava a divisão interna entre os órgãos provinciais e realçava a gravidade com que se encaravam as práticas do curandeiro. Ao se eximir da responsabilidade e declarar-se incapaz de continuar suas funções sob o então governo, a comissão enviava um recado claro: a promoção de práticas sem respaldo científico comprometia a saúde pública e ameaçava a segurança de todos.

Após uma série de acusações, o *Liberal Pernambucano* noticiou discretamente a prisão do escravizado, acusado de administrar remédios contra o cólera e de visitar doentes sem autorização.<sup>41</sup> O curandeiro foi detido por três dias e, após sua soltura, desapareceu do cenário da epidemia, sem que novos incidentes relacionados à sua assistência aos doentes ou aos grupos que o apoiavam fossem registrados. Embora seu nome tenha sido mencionado em algumas ocasiões

<sup>39</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 01 mar. 1856. n.01018, p.2

<sup>40</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 3 mar. 1856. n.01019, p.2

<sup>41</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 14 mar. 1856. n.01029, p.2/3

subsequentes, sua atuação na assistência aos enfermos deixou de ser destacada, gerando questionamentos sobre sua súbita fama e o desconforto que causou à classe médica. Esse episódio evidenciou as tensões entre as práticas populares de cura e os métodos dos profissionais de saúde (FARIAS, 2007).

Paralelamente, a situação nos hospitais evidenciava as razões pelas quais tantos recorriam a figuras como Pai Manoel. Em 27 de fevereiro de 1856, a primeira página do *Liberal Pernambucano* foi dedicada a uma crítica contundente à gestão da epidemia, iniciando com o artigo de autoria anônima "Os Hospitais", que retratava essas instituições como “covis de traficância”, dominados pela negligência, desleixo e desordem. A publicação assume um viés acusatório, apontando a incompetência dos administradores e intensificando o medo entre as comunidades mais carentes. Essas comunidades, já fragilizadas, viam muitos de seus membros serem internados nesses hospitais apenas para, pouco tempo depois, serem conduzidos aos cemitérios.

Além do precário tratamento prestado aos enfermos, foi noticiado que os escravizados, que eram destinados aos hospitais para realizar tarefas como o abastecimento de água, o transporte de padiolas e outras obrigações, estavam sendo submetidos a espancamentos por soldados<sup>42</sup>. Esses abusos revelavam o agravamento da violência contra essa população, já vulnerável, e expunham a brutalidade nos bastidores da administração desta epidemia.

Outro tema recorrente era a atuação das chamadas “comissões de beneficência”, frequentemente envoltas em denúncias de corrupção que apontavam para o presidente da província. Segundo uma publicação de primeira página, sem assinatura, o dirigente estaria desviando ou administrando de forma inadequada os recursos destinados a auxiliar os necessitados, prejudicando diretamente os esforços de caridade realizados por agentes comprometidos. Questionava-se com veemência o destino das verbas, já que a miséria aparentava ceifar mais vidas do que a própria epidemia. As críticas ressaltavam que, enquanto os auxílios financeiros não alcançavam os mais pobres, a fome e o abandono se intensificavam, ampliando o sofrimento das comunidades já vulneráveis diante da crise sanitária.<sup>43</sup>

No final de março de 1856, o número de óbitos e casos de cólera começou a apresentar uma regressão significativa. Contudo, mesmo com essa retração do surto, observa-se que muitas

---

<sup>42</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 14 mar. 1856. n.01034, p.2

<sup>43</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 27 fev. 1856. n.01015, p.1

notícias publicadas no *Liberal Pernambucano* continuaram a explorar o tema, utilizando-o como instrumento para criticar o desempenho do então presidente da província. Essa postura fica evidente no trecho a seguir:

O descrédito da administração do Sr. José Bento da Cunha Figueiredo não é só conhecido em Pernambuco; em todas as províncias onde chega há notícia do procedimento que a tido esse presidente principalmente desde que a epidemia do cholera-morbus se desenvolveu entre nós, se erguem vozes poderosas pedido ao governo imperial a demissão de semelhante flagelo;<sup>44</sup>

As críticas recorrentes à administração provincial, às práticas médicas e ao uso de recursos públicos durante a epidemia de cólera revelam uma sociedade marcada pela desconfiança e pelo agravamento das desigualdades. Nesse cenário, o *Liberal Pernambucano* despontou como um porta-voz das insatisfações populares, trazendo à tona acusações de negligência, corrupção e má gestão. No entanto, cabe refletir: até que ponto essa narrativa foi construída de forma imparcial? Quais interesses políticos moldaram a escolha dos temas e a ênfase dada às falhas do governo?

Essas questões nos conduzem ao próximo capítulo, onde será feito um contraponto entre o *Liberal Pernambucano* e o *Diário de Pernambuco*. Analisarei como cada um desses periódicos retratou a epidemia de cólera, destacando as divergências em suas narrativas e prioridades editoriais. Dessa forma, buscarei compreender como a polarização política influenciou a imprensa da época e moldou a percepção pública sobre a crise sanitária em Pernambuco.

---

<sup>44</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 26 mar. 1856. n.01037, p.1

## DISPUTA DE NARRATIVAS: POLARIZAÇÃO E INFLUÊNCIA POLÍTICA

### 3.1 Conflito de Perspectivas

Durante a epidemia do cólera, os jornais produziram narrativas subjetivas sobre a administração provincial, selecionando e organizando os acontecimentos conforme seus interesses e objetivos discursivos. Essa dualidade de perspectivas visava atrair audiência e se posicionar politicamente. Embora fizessem parte do mesmo universo informativo, os periódicos não apenas rivalizavam entre si, mas também apresentavam contradições internas, com trechos que, por vezes, contrariavam posições defendidas em outras partes da mesma publicação. Essa dinâmica revelava a complexidade e a multiplicidade de perspectivas tanto entre os veículos quanto dentro de cada um deles, refletindo também a diversidade de pessoas que publicavam nos jornais por meio de cartas e outros textos pagos.

Essa querela evidencia não apenas o esforço em conquistar um papel de destaque como porta-vozes dos grupos dominantes, mas também uma tentativa de legitimar uma identidade própria. Assim, o embate entre os jornais pode ser analisado sob dois aspectos: como um processo de construção e afirmação de identidades editoriais e como uma disputa pela centralidade no papel de divulgadores e estruturadores das visões dominantes da época (BARBOSA, 2007).

O ponto central das discussões abordadas entre, *O Diário de Pernambuco* e *O Liberal Pernambucano* reside, de forma evidente, na atuação do presidente José Bento da Cunha Figueiredo, frequentemente criticado por um e supostamente defendido pelo outro. *O Liberal Pernambucano*, em particular, não hesitava em tecer comentários sobre uma suposta aliança entre o governo e seu jornal opositor. Um exemplo desse posicionamento pode ser observado no trecho a seguir, publicado na capa com devido destaque, sem assinatura, possivelmente parte de seu editorial:

Temos lido no Diário de Pernambuco alguns comunicados e correspondências em defesa do Sr. José Bento e em resposta a artigos editoriais do Liberal Pernambucano. Pedimos ao *Diário de Pernambuco* queira declarar, se suas redação aceita a responsabilidade de tais comunicados e correspondências, e se está pronta a identificar-se com o Sr. José Bento. Neste caso estamos prontos a abrir com a redação do *Diário* uma discussão calma e polida acerca da administração do Sr. presidente, em a qual protestamos medir somente armas de cavalheiros.<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 17 jan. 1856. n.00981, p.1

O *Diário de Pernambuco* não era imparcial; pelo contrário, seu posicionamento era evidente. Suas críticas ao *Liberal Pernambucano* eram constantes, embora muitas vezes viessem disfarçadas em correspondências e anúncios pagos, criando a impressão de que não tinham relação direta com seus redatores. Entre os autores mais recorrentes nessas críticas, destacava-se o Dr. Pedro Autran da Mata de Albuquerque, professor da Faculdade de Direito, instituição que teve origem no chamado *Curso Jurídico de Olinda*. Ele atuou como secretário do curso por volta de 1829, chegando a ocupar o cargo de vice-diretor da faculdade. Além de ser um grande intelectual, com o título de Conselheiro, escreveu diversos manuais para a faculdade e várias obras sobre Direito. Outro autor recorrente nessas críticas era alguém que assinava apenas com o pseudônimo E. S. Essa estratégia permitia ao *Diário* sustentar uma aparência de neutralidade enquanto, na prática, reforçava sua posição por meio de insinuações e ataques indiretos.

Contudo, é relevante considerar, conforme destaca Marco Morel (2005), que uma parcela significativa dos correspondentes era composta por assinantes do próprio periódico. O autor, em suas pesquisas sobre a imprensa do Rio de Janeiro, que, no mesmo século, tratava do mesmo tema, destaca que isso não constituía um fato trivial, mas representava um importante ato político.

Antes mesmo da chegada do surto à capital, uma correspondência não assinada publicada no *Diário de Pernambuco* já apresentava uma combinação de linguagem combativa e estratégias emocionais. O autor acusava o *Liberal Pernambucano* de agir com leviandade ao criticar as medidas de contenção adotadas pelo presidente da província. O texto, carregado de adjetivos contundentes, não apenas atacava, mas também buscava desqualificar a postura do jornal opositor, evidenciando um tom agressivo e emocional. Esse caráter é exemplificado no trecho da publicação:

Nós não sofremos por ora fome extraordinária, nem temos graças a Deus, peste que nos atre ; e quando ela vier, não será com o redator do Liberal que nos acharemos: há de ser com o governo e com homens caridosos, que não respiram ódios mesquinhos e vinganças torpes. Não há peste pior do que a mentira e a calúnia.<sup>46</sup>

Os embates entre os jornais formavam uma rede de disputas impressas, refletindo as tensões políticas e sociais da época (BARBOSA, 2007). A imprensa não apenas transmitia informações, mas também projetava as dinâmicas de poder e conflito de seu tempo. No debate

---

<sup>46</sup> HEMEROTECA DIGITAL, Diário de Pernambuco, Recife, 14 jan. 1856. n.00011, p.3

público, termos e apelidos estratégicos funcionavam como ferramentas retóricas para desqualificar adversários. José Bento, por exemplo, era frequentemente descrito pelo *Liberal Pernambucano* como “ignorante” e “inqualificável”<sup>47</sup>, numa tentativa de reforçar sua suposta inaptidão para governar a província.

A gestão da crise sanitária intensificou os impasses entre opiniões conflitantes que emergiam nos jornais da época. Um exemplo significativo encontra-se na publicação do *Diário de Pernambuco*, intitulada “O governo não deve interferir no fornecimento de farinha e carne”<sup>48</sup>, assinada pelo Dr. Autran, figura ligada ao governo. O texto, publicado em um jornal de orientação conservadora, articulava um discurso liberal ao defender que, diante da crise, “o governo não deve prover como produtor, nem como mercado, as necessidades materiais da sociedade.”<sup>49</sup> Essa argumentação não apenas reforçava a primazia da iniciativa privada sobre a ação estatal, mas também servia como uma forma de isentar o governo de responsabilidades diante do agravamento da fome e das dificuldades enfrentadas pela população

Em oposição, o *Liberal Pernambucano*, por meio de seu redator-chefe, Antônio Vicente do Nascimento Feitosa, manifestou repúdio às afirmações publicadas no *Diário de Pernambuco*. Feitosa argumentava que “submeter a farinha e a carne aos cálculos individuais e à liberdade ilimitada do arbítrio e da aristocracia comerciais, é levar uma sociedade ao escravizamento de uma classe ao seu maior apuro.”<sup>50</sup> Em um aparente paradoxo, um liberal exigia a intervenção estatal para conter os abusos do mercado, criticando duramente a postura de inação do governo e denunciando a desigualdade social aprofundada pela crise. No entanto, essa defesa da ação governamental contrasta com o caminho político que Feitosa tomaria na década seguinte, quando se alinhou aos conservadores por meio da "Liga". Diante disso, fica a dúvida: teria sido ele, de fato, um liberal convicto ou apenas um político pragmático, ajustando seu discurso conforme as circunstâncias?

Esse jornalismo politicamente engajado e provocador, caracterizado pelo uso de uma linguagem vulgar, transformou o ataque pessoal aos adversários em uma estratégia comum para a defesa de suas ideias políticas. Tais práticas, que incluíam ataques pessoais como uma forma de defesa, eram amplamente aceitas e vistas como normais pela imprensa da época. Em 28 de

---

<sup>47</sup> Pode-se citar como exemplo as edições 00969, 01000 e 01035 do *Liberal Pernambucano*, nas quais esses termos são utilizados a fim de caracterizar o então presidente da província.

<sup>48</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, Recife, 24 jan. 1856. n.00020, p.1/2

<sup>49</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, Recife, 24 jan. 1856. n.00020, p.3

<sup>50</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 26 jan. 1856. n.00989, p.1

janeiro de 1856, o *Diário de Pernambuco* publicou um comunicado propondo uma trégua nas querelas pré-existentes, em prol do bem-estar coletivo diante da crise vigente. No entanto, ao referir-se aos seus opositores, utilizou o termo "mal entendida oposição"<sup>51</sup>, evidenciando um tom crítico mesmo ao apelar à conciliação.

O *Liberal Pernambucano*, por sua vez, interpretou a proposta como uma afronta e, em uma nota marcada pela indignação, iniciou sua réplica afirmando: “A folha oficial implora por trégua em favor do Sr. José Bento.”<sup>52</sup> Nota-se que, em todas as ocasiões, o jornal enfatizava a ligação entre seu opositor e o governo, destacando que, caso o *Diário* discordasse das críticas do *Liberal* ao gestor em questão, deveria “consultar a opinião pública”. O periódico reforçou sua postura afirmando: “Em nossa opinião, prestamos melhor serviço à província, compelindo o Sr. presidente a agir mais ativamente e reprovando-lhe a negligência com que tem se portado.”<sup>53</sup>

Entre os jornais, não se percebeu qualquer uniformidade na divulgação das medidas de contenção indicadas à população. O *Diário de Pernambuco* destacava ostensivamente as regras e normas desenvolvidas pela Comissão de Higiene Pública, enfatizando os esforços do governo no combate à propagação da doença. No entanto, é necessário questionar até que ponto essa postura refletia uma adesão genuína ou se havia certa tensão subjacente entre o governo e a Comissão. O tom do jornal parece mais contido em relação a críticas diretas, concentrando-se em narrar com intensidade os desdobramentos da tragédia que assolava a província, sem necessariamente problematizar a eficácia ou a aceitação das medidas propostas.

Nesse contexto, o jornal evitava explorar os aspectos mais alarmantes ou sensacionalistas da epidemia, priorizando a divulgação das iniciativas oficiais e incentivando a adesão da população às medidas sanitárias. Essa postura contrastava diretamente com a abordagem mais combativa do *Liberal Pernambucano*, que, assim como era comum entre os periódicos da época, utilizava a crise para questionar a atuação do governo provincial. Alinhado a uma vertente específica do liberalismo oitocentista, o jornal enfatizava as dificuldades enfrentadas pelas camadas populares e inseria o debate sobre a epidemia no embate político da época.

O periódico chamava atenção para as desigualdades sociais ao apontar que, apesar da necessidade evidente de todos colaborarem com as medidas de higiene, haviam “pessoas

---

<sup>51</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 jan. 1856. n.00023, p.2

<sup>52</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 31 jan. 1856. n.00993, p.1

<sup>53</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 31 jan. 1856. n.00993, p.1

descuidadas dos preceitos de higiene, ou aqueles a quem faltam todos os meios de conforto necessários à manutenção da saúde.”<sup>54</sup> Segundo o autor da publicação, esses grupos eram os mais suscetíveis a se tornarem “vítimas da moléstia”, ressaltando a precariedade das condições de vida da população menos favorecida e criticando implicitamente a insuficiência das ações governamentais para ampará-los.

Essa narrativa, no entanto, vai além de uma simples denúncia social; ela é instrumentalizada como uma ferramenta política, utilizando a imagem da pobreza e da vulnerabilidade para questionar a eficácia e a legitimidade do grupo no poder. Ao destacar a negligência das instituições, o discurso busca mobilizar a opinião pública, criando uma polarização que coloca o governo como responsável direto pelo sofrimento dessas camadas da população. Dessa forma, a epidemia deixa de ser apenas uma questão de saúde pública e se transforma em um campo de batalha ideológica, onde a crise sanitária é usada para reforçar críticas políticas e ampliar a disputa por apoio popular.

No capítulo anterior, abordou-se como ambos os jornais relataram, cada um a seu modo, os acontecimentos envolvendo Pai Manoel. Nesse contexto, Alexandre & Cadena (2021) destacam o papel do *Diário de Pernambuco* nas tensões entre a Comissão de Higiene Pública e o então presidente da província. Os autores mencionam, como exemplo, um manifesto redigido por Joaquim de Aquino Fonseca e publicado no jornal. Nesse documento, o médico expunha as razões para solicitar seu afastamento da presidência da Comissão de Higiene, em pleno auge da crise. No entanto, os pesquisadores apontam que, "embora extenso e contendo trechos semelhantes à carta enviada ao Ministro dos Negócios do Império, o texto publicado no jornal não refletia integralmente as críticas dirigidas ao presidente Cunha Figueiredo".

Embora a maioria das publicações sobre esse tema no *Liberal Pernambucano* tenha sido composta por textos não assinados ou escritos sob pseudônimos, não se pode ignorar o volume de textos que tinham como objetivo principal desacreditar e minimizar os feitos do curandeiro. Essas publicações frequentemente associavam a liberdade de atuação de Pai Manoel à uma má gestão diante da crise, apontada pelo jornal como um fator que favorecia a proliferação de charlatões. Um exemplo marcante desse posicionamento mais enérgico foi a edição de 1º de março de 1856, cuja capa praticamente inteira foi dedicada ao escravizado.

---

<sup>54</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 25 jan. 1856. n.00988, p.1

Vale destacar que, embora abordassem o mesmo tema a partir de perspectivas divergentes, ambos os jornais adotavam uma postura crítica em relação à atuação de Pai Manoel. Essa insatisfação mútua é identificada em um comunicado publicado no *Liberal Pernambucano*, intitulado "Explique-nos isso, Sr. José Bento", assinado sob o pseudônimo *O Inimigo do Charlatanismo*, no qual se declara:

O Diario de Pernambuco é a sua folha oficial, que nada escreve em opposição a S. Ex. e que pelo contrário em seus Retrospectos, Páginas Avulsas, comunicados sempre tece enjoativos louvores a sua administração: entretanto constantemente estigmatiza o procedimento do aventureiro preto Manoel da Costa, que o seu charlatanismo tem iludido o nosso tão dócil povo [...]<sup>55</sup>

Essa diferença de abordagem evidencia como um dos periódicos adotava um tom mais complacente, enquanto o outro recorria a uma postura mais enérgica e acusatória, mesmo quando ambos concordavam em criticar a atuação do curandeiro e questionar a falta de intervenção por parte da administração pública.

A maneira como certos segmentos da população pernambucana, especialmente na capital, foram representados em suas reações à epidemia variou entre os jornais da época. No entanto, essas narrativas refletiam principalmente as perspectivas das elites letradas e grupos politicamente engajados, deixando silenciadas vozes como as da imensa camada escravizada.

O *Liberal Pernambucano* descrevia um povo indignado e revoltado, afirmando que “o povo tem toda razão de bradar, porque vê que o governador não se importa que ele morra de fome e peste”<sup>56</sup>. A publicação reforçava um discurso de insatisfação e contestação, apontando a omissão do governo como um fator agravante da crise.

Já o *Diário de Pernambuco*, embora reconhecesse o sofrimento da população diante da falta de assistência, evitava responsabilizar diretamente o governo. Em vez disso, atribuía a negligência a alguns médicos e outros agentes que, por medo, se recusavam a enfrentar a epidemia. Ademais, o jornal não caracterizava a população como agitadora; pelo contrário, a retratava majoritariamente como um grupo resignado, esperançoso e confiante na Providência Divina. Essa visão é reforçada por publicações religiosas, como a *Oração contra a peste*<sup>57</sup>,

<sup>55</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 01 mar. 1856. n.00988, p.1

<sup>56</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 15 jan. 1856. n.00979, p.1

<sup>57</sup> É importante destacar que essa oração circulou por todo o Brasil, refletindo a utilização da fé como um meio de enfrentamento da epidemia. Esse tipo de recurso foi comum em diversas partes do país, sendo particularmente significativo no contexto do Brasil, um país eminentemente católico durante o período analisado (ALEXANDRE, 2013).

assinada pelo pseudônimo “C. A.”, que exemplifica o tom de fé e resignação promovido pelo periódico:

Ouvi nossos rogos,  
San Sebastião,  
Socorrendo um povo  
Devoto e cristão

Se a lei do Senhor  
Fiel não cumprimos,  
Bem arrependidos  
Mil perdões pedimos

E vos prometemos  
Cumprir fielmente  
Os sacros preceitos  
Do onipotente

San Sebastião,  
Nosso advogado,  
Livrai-nos da peste  
Filha do pecado.<sup>58</sup>

Ao analisarmos o destaque dado ao aspecto religioso no *Diário de Pernambuco*, é possível perceber que a ênfase na esperança e na confiança na Providência Divina poderia ter contribuído para atenuar o sentimento de revolta, além de favorecer uma postura mais pacificadora. Esse enfoque talvez incentivasse a população a buscar consolo nas orações e na fé, em vez de recorrer ao protesto ou ao confronto com as autoridades. No entanto, o uso da religiosidade como elemento central na interpretação da epidemia não era exclusividade desse jornal. O próprio *Liberal Pernambucano*, embora adotasse um tom mais crítico em relação à atuação do governo, também recorria à fé como um dos pilares de suas publicações. Em uma sociedade profundamente religiosa, especialmente em momentos de crise, era natural que ambos os periódicos incorporassem elementos do discurso cristão, ainda que o fizessem de formas distintas.

É importante destacar que as dissonâncias na elaboração de notícias durante a epidemia não se limitavam às adversidades enfrentadas na capital. No dia 28 de fevereiro de 1856<sup>59</sup>, o *Diário de Pernambuco* publicou, em uma coluna não assinada, um relato sobre os "terríveis estragos" que assolavam a localidade de Bom Jardim. O texto destacava que o número de mortos

<sup>58</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, Recife, 03 mar. 1856. n.0056, p.2

<sup>59</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 fev. 1856. n.0053, p.2

era tão elevado que já havia dificuldades para realizar os sepultamentos, evidenciando a gravidade da situação. Além disso, a coluna informava que, para auxiliar a população afetada, "remeteram-se uma ambulância, uma peça de baeta, duas cargas de bolacha e duas de arroz".

Em contrapartida, *O Liberal Pernambucano* mencionou integralmente a publicação do jornal opositor, alterando apenas alguns aspectos e, é claro, opinando sobre as promessas firmadas. A coluna, assinada pelo pseudônimo *O Admirador da Presidência*, já revela seu tom crítico no título atribuído à notícia: "Que ambulância! Que fartura de socorro!"<sup>60</sup>. Essa escolha de palavras não apenas ironiza a ação descrita, mas também reflete a postura do autor diante das medidas anunciadas, sugerindo que os recursos enviados eram insuficientes ou inadequados diante da gravidade da situação. Ao tecer suas considerações, o autor repete a epígrafe do artigo e acrescenta: "Sem quereremos mesmo notar que S. Ex., vendo que o hospital está a suspender pelas extraordinárias despesas, nem algum dinheiro para lá remeteu!".

Dessa forma, o embate entre os jornais durante a epidemia não se limitava a uma disputa informativa, mas refletia uma batalha política e ideológica que permeava a imprensa da época. As divergências de perspectiva, muitas vezes contraditórias dentro dos próprios periódicos, demonstram como a narrativa sobre a crise sanitária foi construída conforme interesses específicos, reforçando posições políticas e consolidando identidades editoriais. Assim, mais do que apenas noticiar os eventos, os jornais atuaram como agentes ativos na conformação do debate público e na disputa pelo controle do discurso sobre a epidemia e a administração provincial.

### **3.2 Entre a Informação e a Manipulação**

A maneira como os eventos históricos são lembrados e interpretados está diretamente relacionada aos registros deixados por seus contemporâneos. Ao analisar essas fontes, é fundamental considerar, como destaca Enne (2002), com base nos estudos de Appadurai, que o passado é um campo de significados em permanente disputa, no qual distintas narrativas se confrontam, tornando inviável a existência de uma versão única e harmoniosa

A disputa pela memória e pela construção do passado envolve a administração dos significados e a reivindicação do papel de guardião dessa memória, o que carrega um forte peso político (ENNE, 2002). No século XIX, essa dinâmica se manifestava de maneira evidente na

---

<sup>60</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 01 mar. 1856. n.01018, p.2

atuação da imprensa, que desempenhava um papel central na difusão de informações e na construção das narrativas sobre acontecimentos marcantes, como a epidemia de cólera de 1856.

Mais do que meros veículos de informação, jornais como o *Diário de Pernambuco* e o *Liberal Pernambucano* atuavam como agentes da memória, selecionando, enfatizando ou omitindo aspectos da crise sanitária de acordo com suas perspectivas políticas e editoriais. Assim, a disputa entre esses periódicos não se restringia à divulgação de notícias, mas envolvia a construção de significados sobre a epidemia, reforçando visões concorrentes sobre o evento e seus desdobramentos.

A partir da análise das publicações da época, é possível identificar como essa memória foi construída e quais foram os principais elementos narrativos utilizados pelos jornais para atribuir responsabilidades pelos estragos causados pela epidemia, estabelecendo “culpados” e “inocentes”. No contexto dos embates políticos, esses agentes de comunicação não apenas fomentavam discussões, mas também apresentavam ao público propostas distintas, alinhadas a interesses específicos. É inegável que a aliança com um jornal era fundamental para determinados grupos, pois essas publicações funcionavam como provas das ações empreendidas pelos partidos, legitimando suas narrativas e fortalecendo sua influência.

A coexistência entre jornais não implicava, necessariamente, coesão de ideias (SANTOS, 2021). Mesmo entre periódicos com o mesmo direcionamento ideológico, os embates podiam gerar divergências e colocar em dúvida determinadas interpretações sobre o contexto político. No decorrer deste trabalho, observou-se esse fenômeno ocorrendo até mesmo dentro de um único jornal, em que posicionamentos divergentes emergiam a respeito dos acontecimentos que marcaram o surto de cólera. Um exemplo desse desencontro de informações pode ser identificado no tratamento dado pelo *Diário de Pernambuco* à Comissão de Higiene Pública e à atuação dos médicos: inicialmente, o jornal demonstrou total apoio às medidas sugeridas e implementadas, mas posteriormente passou a destacar notícias que apontavam uma suposta ineficiência das ações e a má conduta dos agentes oficiais de saúde.

Com frequência, o *Diário de Pernambuco* publicava relatos que colocavam em dúvida o comprometimento de alguns médicos com o exercício da profissão. Em uma edição da coluna “Retrospectiva Semanal”, mencionou-se, a título de exemplo, uma situação em que “um inspetor de polícia teria batido na porta de certo médico às 2 da manhã para acudir um doente”<sup>61</sup> e este

---

<sup>61</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 fev. 1856. n.0050, p.2

teria se negado a atender, apesar dos vizinhos confirmarem sua presença na residência. Essa mudança de comportamento por parte do jornal talvez possa ser compreendida como uma resposta às querelas, já mencionadas neste trabalho, entre o então presidente da província e o presidente da Comissão de Higiene Pública.

Cadena & Juciedo (2021), com base na carta de Joaquim de Aquino Fonseca ao Ministro dos Negócios do Império, destacam que, segundo a visão de Aquino Fonseca, o presidente José Bento da Cunha Figueiredo desconsiderava as recomendações médicas e favorecia práticas prejudiciais à saúde pública, como a atuação de charlatães e curandeiros africanos. Além disso, José Bento tomava decisões sem consultar a Comissão de Higiene Pública: escolheu de forma inadequada o local de um lazareto, comprometendo seu isolamento, e permitiu o funcionamento de farmácias irregulares, interferindo em questões sanitárias sem respaldo técnico.

Esse cenário evidencia como a construção das narrativas sobre a epidemia não se limitava a um embate entre diferentes veículos de imprensa, mas se manifestava dentro das próprias páginas de um mesmo jornal. De maneira concorrente o *Diário de Pernambuco* denunciava a ineficiência das autoridades sanitárias e contribuía para a circulação de discursos ambíguos sobre a doença e suas formas de contenção. A oscilação entre o apoio e a crítica às medidas adotadas reflete não apenas interesses políticos e alinhamentos momentâneos, mas também a instabilidade das informações divulgadas à população. Assim, o jornal, longe de ser um mediador neutro, atuava como um agente ativo na construção da percepção pública sobre a epidemia, reforçando ora a confiança nas instituições médicas, ora ampliando o sentimento de desconfiança e insegurança diante da crise vigente.

Uma situação semelhante ocorria no *Liberal Pernambucano*, que, sempre empenhado em questionar a atuação do presidente da província, José Bento, frequentemente veiculava comentários contraditórios sobre suas medidas. Um exemplo notável foi quando o jornal reconheceu que, antes mesmo da chegada dos primeiros casos, o presidente e a Comissão de Higiene Pública adotaram medidas preventivas<sup>62</sup>, como a construção de lazaretos e a imposição de quarentenas. No entanto, o periódico logo desqualificou tais ações, argumentando que foram ineficazes, pois a epidemia não se espalhou por vias marítimas, como inicialmente previsto, mas sim por rotas terrestres. A contradição torna-se ainda mais evidente quando, em uma publicação

---

<sup>62</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 23 jan. 1856. n.00986, p.1

posterior, o *Liberal Pernambucano* ignorou sua própria menção às tentativas antecipadas de contenção e passou a criticar as autoridades por tomarem “providências tardias, e empregadas sem ordem e sem regra.”<sup>63</sup>

Como aponta Santos (2021) em seu estudo sobre a imprensa maranhense oitocentista, “para os grupos políticos, as folhas eram um suporte que, se por um lado ajudavam a divulgar suas ideologias, por outro simbolizavam o desejo de manutenção da aparência e de estratégias de sobrevivência diante da opinião pública.” Nesse jogo de interesses, os jornais frequentemente cometiam falhas ou produziam discursos conflitantes, refletindo o universo de intenções e percepções que permeavam cada um desses periódicos.

Diante disso, é fundamental refletir sobre os impactos desses extremismos e equívocos na vida da sociedade da época, questionando até que ponto a busca por influência e poder comprometia a função social da imprensa como instrumento de esclarecimento e debate público. O medo tornou-se comum a todos que se deparavam com os textos compartilhados. Segundo os jornais, o cólera não era apenas uma doença, mas uma manifestação da “ira divina contra o pecado”<sup>64</sup>. Diante desse cenário, a quem recorrer? Aos médicos, frequentemente retratados nas notícias como ausentes ou negligentes, abandonando a população à própria sorte? Ou às autoridades, descritas como ignorantes e incapazes de lidar com a crise?

A ausência de amparo era ainda mais evidente entre os mais pobres, que foram severamente atingidos e, ao mesmo tempo, ignorados. O *Liberal Pernambucano*, em uma publicação sem assinatura, destaca essa realidade ao afirmar

Cresce cada dia mais em uma proporção espantosa o número de falecidos da epidemia nesta cidade. O desânimo é geral e geral também é o abandono dos doentes nas casas que morrem sem ter quem lhes apliquem medicamentos e outros socorros. Não sabemos o que têm feito as chamadas Comissões de Beneficência que se formaram nas diferentes freguesias para socorrer a pobreza. Temos visto falecer muitas pessoas na miséria, sem ter ao menos um lençol para cobrirem-se, sem que um só membro dessas comissões se apresente para socorrer esses infelizes.<sup>65</sup>

Nessa batalha de narrativas, os jornais compreendiam e transmitiam as informações de maneiras particulares. As manchetes e editoriais do *Liberal Pernambucano* frequentemente empregavam termos como "descaso", "desastre" ou "abandono" para caracterizar a resposta do

<sup>63</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 16 fev. 1856. n.01006, p.1

<sup>64</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 mar. 1856. n.0063, p.3

<sup>65</sup> HEMEROTECA DIGITAL, *Liberal Pernambucano*, Recife, 22 fev. 1856. n.01011, p.1

governo, enquanto o *Diario de Pernambuco* preferia expressões como "medidas preventivas" e "esforços contínuos". Essa divergência de notícias não apenas refletia as tensões políticas da época, mas também influenciava diretamente a forma como os leitores percebiam e reagiam à crise sanitária, alimentando um ambiente de incerteza e desconfiança

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, foi possível analisar como a epidemia de cólera que assolou Pernambuco em 1856 não se restringiu apenas a um fenômeno biológico, mas foi profundamente marcada por disputas narrativas e políticas travadas nos jornais da época. A análise das publicações do *Diário de Pernambuco* e do *Liberal Pernambucano* revelou não só as estratégias discursivas utilizadas por cada veículo, mas também como a imprensa desempenhou um papel central na construção das percepções sobre a doença e sua gestão.

O estudo demonstrou que, ao invés de uma abordagem objetiva e neutra, os jornais da época participaram ativamente das disputas políticas em torno da epidemia, ora defendendo, ora atacando as ações das autoridades provinciais e dos agentes médicos. O *Diário de Pernambuco*, alinhado ao governo, enfatizou as medidas sanitárias implementadas e buscou minimizar falhas administrativas, enquanto o *Liberal Pernambucano* adotou uma postura crítica, evidenciando a ineficácia do poder público e denunciando a precariedade das condições de saúde e higiene.

Além disso, a análise revelou que a população pernambucana não foi apenas espectadora dos acontecimentos, mas também protagonista, reagindo de diferentes formas às medidas impostas. A resistência às quarentenas, a busca por tratamentos alternativos e a desconfiança em relação aos médicos e às autoridades demonstram como o medo e a incerteza moldaram as respostas sociais à epidemia. Essas reações refletem a ausência de um conhecimento científico consolidado sobre o cólera na época, bem como as tensões sociais que permeavam a sociedade pernambucana do século XIX.

Outro ponto relevante identificado foi o impacto do cólera no cotidiano da população. A crise sanitária agravou problemas já existentes, como a precariedade das condições de moradia e abastecimento, a vulnerabilidade das camadas mais pobres e o descontrole sobre práticas médicas e terapêuticas. A epidemia intensificou desigualdades e reforçou a percepção da doença como um fenômeno sanitário, mas também social e político.

A partir dessas observações, este estudo contribui para um entendimento mais amplo da relação entre saúde, política e imprensa no Brasil oitocentista. A investigação das disputas narrativas sobre o cólera em Pernambuco permitiu iluminar as estratégias utilizadas pelos jornais para influenciar a opinião pública e disputar espaços de poder, evidenciando como eventos sanitários podem ser instrumentalizados em contextos de polarização política.

Por fim, este trabalho abre caminho para futuras pesquisas que possam aprofundar as análises sobre a atuação da imprensa em outros surtos epidêmicos no Brasil e em outras províncias do Império. Comparar os registros do cólera em Pernambuco com os de outras províncias pode revelar nuances ainda mais ricas sobre as disputas políticas e o papel dos periódicos na formulação das respostas sociais a crises sanitárias. Além disso, é fundamental explorar as estratégias de comunicação utilizadas pelos jornais para moldar a percepção pública da epidemia, desde a escolha de vocabulário até a ênfase em determinados aspectos da crise.

O uso de títulos alarmistas, a publicação de cartas de leitores e a divulgação de orientações médicas refletiram não apenas os interesses políticos e econômicos das publicações, mas também contribuíram para reforçar ou atenuar o pânico social. A análise dessas estratégias permite compreender como a imprensa oitocentista influenciou a construção de narrativas sobre saúde pública e controle sanitário.

Espera-se que este trabalho não seja o ponto final dessa discussão, mas um incentivo para novas investigações sobre o papel da imprensa, do Estado e da sociedade diante de crises epidêmicas no Brasil do século XIX, contribuindo para o amadurecimento da historiografia sobre os processos de saúde e doença no país.

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. "Pobre Ceará, a que mãos estás entregue em uma quadra destas!": cólera, imprensa e política (1862). In. CHRISTILLINO, Cristiano Luís; Vitória Fernanda SCHETTINI (orgs.). Política e sociedade no Brasil oitocentista. Recife: EdUFPE, 2020, e-book.
- ALEXANDRE, J. F. "Da Cruel Peste Livrai Ao Povo Desta Cidade": Representações Religiosas Sobre O Cólera No Crato (1855-1862). *Sæculum - Revista de História*, [S. l.], n. 28, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/18204>. Acesso em: 6 mar. 2025.
- ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira; CADENA, Paulo Henrique Fontes. "Incessantes desgostos vinham todos os dias aumentar os meus sofrimentos": as disputas entre um médico ofendido e o presidente da Província de Pernambuco (1856). *Diálogos*, v.25, n. 2, p. 104-127, mai./ago. 2021.
- ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. Quando o "anjo do extermínio" se aproxima de nós: representações sobre o cólera no semanário cratense O Araripe (1855-1864). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- ALMEIDA, Lutiane Queiroz de; CORRÊA, Antônio Carlos de Barros. Dimensões da negação dos rios urbanos nas metrópoles brasileiras: o caso da ocupação da rede de drenagem da planície do Recife, Brasil. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, v. 1, n.23, p. 114-135, jan/jun. 2012.
- ANDRADE, Gilberto Osório de. A Cólera-Morbo. Um momento crítico na história da medicina em Pernambuco. 2ª ed. Recife: Massangana, 1989.
- ATHAYDE, Johildo Lopes de. Salvador e a grande epidemia de 1855. Salvador: Publicações do Centro de Estudos Baianos (CEB-UFBA), n. 113, 1985.
- BARBOSA, Marialva. História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BELTRÃO, Jane Felipe. A arte de curar dos profissionais de saúde popular em tempo de cólera: Grão-Pará do século XIX. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Vol. 6. [set/2000]; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.
- BELTRÃO, Jane Felipe. Autoridade médica e divulgação científica no Grão-Pará flagelado pelo cólera: século XIX. *Porto Alegre: Horizontes Antropológicos*, ano 8, n. 17, junho de 2002. p. 239-252.
- CARVALHO, Marcus. J. M. de. Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife (1822-1850). 2.ª ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

CARVALHO, M. Os caminhos do rio: negros tanoeiros no Recife na primeira metade do século XIX. Afro-Ásia, Salvador, n. 19-20, 1997.

DAVID, Onildo Reis. O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX. Salvador: EDUFBA/Sarah Letras, 1996.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. As artes de curar nos tempos do cólera: Recife, 1856. In: CHALHOUB, Sidney et al. (Org's.). Artes e Ofícios de curar no Brasil: Capítulos de História Social. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2003.

ENNE, Ana Lucia. "Memória e Identidade Social". Revista Contracampo, Niterói, v. 6, 2002.

FERREIRA, Isabel Cristina Miranda Feitosa. "Tão rico de talento, como seus pais pobres de fortuna" Antônio Vicente do Nascimento Feitosa : um bacharel nos jornais oitocentista do Recife. Relatório técnico (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História. Mestrado Profissional em História, 2021.

GUIMARÃES, Keila Danielle Souza. Conselho de salubridade pública de Pernambuco: um olhar médico sobre a cidade do Recife entre os anos de 1845-1850. 2010.

KODAMA, Kaori et al. Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856). História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 19, supl., p. 59-79, dez. 2012.

MELLO, Virgínia Pernambucano de. Água vai! História do saneamento de Pernambuco 1537-1837. Recife: Compesa, 1991.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. Os curandeiros e a ofensiva médica em Pernambuco na primeira metade do século XIX. Clio: Revista de Pesquisa Histórica. Nº 19. Recife: Ed. Universitária, 2001.

MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2005.

MORAIS, Grasiela Florêncio. Cidade vigiada, cidade civilizada: impressões sobre a difícil convivência entre o progresso e a pobreza no Recife Imperial (1830-1850). Clio: Revista de Pesquisa Histórica, v. 34.2, 2016.

NASCIMENTO, Luiz do. História da Imprensa Pernambucana: 1821/1954. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1968. v.1. (Diário de Pernambuco).

NASCIMENTO, Luiz do. História da Imprensa Pernambucana: 1821/1954. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1966. v.2. (Diário do Recife, 1829/1900).

PIMENTA, Tânia Salgado. Doses infinitesimais contra a epidemia de cólera em 1855. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & CARVALHO, Diana Maul de (Orgs.). Uma história brasileira das doenças. Brasília: Paralelo 15, 2004.

PIMENTA, Tânia Salgado. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: CHALHOUB, Sidney et al. (Org's.). Artes e Ofícios de curar no Brasil: Capítulos de História Social. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2003.

ROTOLO, Adriana; COCCO, Marta. Doença e cultura: suas relações no processo de adoecer. Revista de Enfermagem, v. 2, n. 2, p. 1-22, 2006.

SANTOS, E. M. D. . O lugar do discurso e a guerra das narrativas: a imprensa política no Maranhão Oitocentista. Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História, [S. l.], v. 18, n. 32, p. 200–219, 2021. DOI: 10.18817/ot.v18i32.856. Disponível em: [https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros\\_tempos\\_uema/article/view/856](https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/856). Acesso em: 11 fev. 2025.

SANTOS, Luciana dos. Um imenso campo mórbido: controvérsias médico-científicas sobre a epidemia de cólera-morbo de 1855. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.23, n.2, abr.-jun. 2016, p.341-357.

SANTOS, Manuela Arruda dos. Recife: entre a sujeira e a falta de (com)postura, 1831- 1845. Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura Regional, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2009.

SETTE, Mário. Arruar. História pitoresca do Recife Antigo. Recife: Secretaria de Cultura de Pernambuco, 1948.

VIANNA, Arthur. O Cólera-Morbus in As. Epidemias no Pará. Belém: UFPA, 1975.

WITTER, Nikelen Acosta. Males e Epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX). 2007. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense